

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

Exercício: 2014

Município: Rio de Janeiro - RJ

Relatório nº: 201503486

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201503486, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06 de abril de 2001, apresenta-se os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pelo CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF.

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 13 de abril de 2015 a 12 de maio de 2015, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

O Relatório de Auditoria encontra-se dividido em duas partes: Resultados dos Trabalhos, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas; e Achados de Auditoria, que contém o detalhamento das análises realizadas. Consistindo, assim, em subsídio ao julgamento das contas apresentadas pela Unidade ao Tribunal de Contas da União – TCU.

Registra-se que os Achados de Auditoria apresentados neste relatório foram estruturados, preliminarmente, em Programas e Ações Orçamentárias organizados em títulos e



subtítulos, respectivamente, segundo os assuntos com os quais se relacionam diretamente. Posteriormente, apresentam-se as informações e as constatações que não estão diretamente relacionadas a Programas/Ações Orçamentários específicos.

2. Resultados dos trabalhos

De acordo com o escopo de auditoria firmado, por meio da Ata de Reunião realizada em 27 de novembro de 2014 entre a Controladoria-Regional da União no Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - SECEX-RJ, foram efetuadas as seguintes análises, conforme Ata de Reunião realizada em 27 de novembro de 2014, entre a Controladoria-Regional da União no Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - SECEX-RJ, definiu-se que o escopo desta auditoria anual de contas enfocaria:

- a) a avaliação da conformidade das peças;
- b) a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão e a avaliação dos indicadores instituídos pela UJ com ênfase nos indicadores constantes do Termo de Compromisso de Gestão acordado com o MCTI; e
- c) Outros itens considerados relevantes pela CGU dada a especificidade da entidade.

2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

Considerando que o processo de contas passou a ser feito de forma exclusivamente eletrônica, a análise da versão em PDF do Relatório de Gestão 2014 do CBPF, enviada pela UJ ao TCU, resultou na conclusão de que esta contempla os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos da DN TCU nº 132/2013, da Portaria-TCU nº 175/2013 e da DN TCU nº 127/2013.

Observou-se que a informação relativa ao Rol de Responsáveis, incluída no processo eletrônico, está em desconformidade com a composição estabelecida pelo art.10 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, sendo, portanto, considerada sem efeito.

Desta forma, emitiu-se a Nota de Auditoria N.º 201503486/001, em 08 de maio de 2015, para a qual a Unidade iniciou as medidas necessárias para o ajuste da peça com seu envio à CGU, para posterior inclusão no sistema do TCU.

2.2 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

O CBPF executa o Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação, no qual estão inseridas as ações:



Ação 20UM – Plano Orçamentário 0001 - Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; e

Ação 20UM – Plano Orçamentário 0002 – Apoio a Redes e Laboratórios de Pesquisa em Altas Energias – RENAFAE.

Além disso, destaca-se a execução da ação 2000 – Administração da Unidade.

O Quadro I a seguir detalha as características das ações executadas pelo CBPF em 2014:

Quadro I – Ações executadas pelo CBPF em 2014

Programa - descrição	Finalidade	Forma de Implementação / detalhamento	Representatividade do orçamento autorizado para a UJ	Ação (projeto / atividade / Op. Especiais) - descrição
Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.	Promoção de pesquisa em Física Teórica e Experimental, e de suas aplicações, com atuação nas áreas de Cosmologia, Astrofísica, Sistemas Complexos e Mecânica Estatística, Teoria de Campos, Física Matemática, Instrumentação Científica, Física de Altas Energias, Física da Matéria Condensada, Biofísica, Nanotecnologia e Ciência dos Materiais; formação de mestres e doutores; aquisição e manutenção de equipamentos para medidas de propriedades físicas; manutenção e atualização da rede de computadores e softwares especializados; manutenção e atualização do acervo de periódicos especializados; publicações em periódicos, revistas nacionais e internacionais e participação em congressos.	Direta	33,58%	Ação 20UM – Plano Orçamentário 0001 - Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
		Direta	8,27%	Ação 20UM – Plano Orçamentário 0002 - Apoio a Redes e Laboratórios de Pesquisa em Altas Energias - RENAFAE
Programa de Governo – 2109 – prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	Direta	58,15%	Ação 2000 – Administração da Unidade



programas temáticos.				
----------------------	--	--	--	--

Fonte LOA 2014.

Quanto às metas físicas das ações, observou-se que:

O Plano Orçamentário - PO 0001 da ação 20UM representa a antiga ação 4123, cuja meta física era mensurada por meio do produto “artigos publicados/ano”. A partir de 2013, o produto utilizado para medição da meta física passou a ser “Projeto desenvolvido”, considerado pelo CBPF como as principais linhas de pesquisa da instituição (que se desdobram em sublinhas). Para avaliar, se estes projetos estão efetivamente atingindo seus objetivos, o CBPF utiliza os relatórios neles produzidos. Os artigos publicados, vinculados a tais projetos, são utilizados como referência para as metas físicas do PO.

Os dados relativos ao exercício de 2014 extraídos do sistema de Gerenciamento do MCTI - SIGMCTI para a Ação 20UM – Objetivo 0403 PO 0001 são:

- Produto: Projeto Desenvolvido, cuja Meta para 2014 era de 20 projetos;
- O resultado foi considerado atingido pelo CBPF, isto é, foram considerados os 328 artigos publicados pela UJ, em 2014, resultado que também foi incluído no Termo de Compromisso de Gestão – TCG, assinado entre o CBPF e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. Ressalta-se que a meta estabelecida no PPA não se coaduna com as atividades da ação. A meta ideal deveria ser medida em artigos publicados e não em projetos. Diante dos problemas com as nomenclaturas da meta física, não há como estabelecer um percentual de atingimento da meta.

No caso do Plano Orçamentário 0002 da ação 20UM, antiga ação 8989, os dados relativos ao exercício de 2014, extraídos do sistema SIGMCTI, para a Ação 20UM, Objetivo 0403 PO 0002 são:

- Produto: “Projeto Apoiado”, cuja meta esperada para 2014 eram três projetos;
- O resultado obtido pelo CBPF foi de três projetos. Na contabilização deste resultado, a UJ considerou somente os projetos apoiados pela Rede Nacional de Física de Altas Energias - RENAFEA cuja coordenação é de responsabilidade do CBPF. O número de projetos (meta) estabelecido foi atribuído pelo MCTI e não traduz efetivamente a realidade da ação, necessitando de uma revisão.

Quanto à execução orçamentário-financeira da UJ em 2014, observou-se que:

Tabela I – Execução Orçamentário-financeira do CBPF em 2014

Ação 20UM – Plano Orçamentário 0001 - Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas					
Dotação Inicial	Orçamento Autorizado	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	% de execução (pago / empenhado)
3.915.000,00	3.856.892,00	3.856.892,00	2.987.500,68	2.987.500,68	77,46%
Ação 20UM – Plano Orçamentário 0002 - Apoio a Redes e Laboratórios de Pesquisa em Altas Energias - RENAFEA					
Dotação Inicial	Orçamento Autorizado	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	% de execução (pago / empenhado)
950.000,00	950.000,00	950.000,00	464.860,96	464.860,96	48,93%
Ação 2000 – Administração da Unidade					
Dotação Inicial	Orçamento Autorizado	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	% de execução (pago / empenhado)
6.763.532,00	6.678.172,00	6.678.172,00	6.049.607,91	6.049.607,91	90,59%

Fonte: Relatório de Gestão 2014 da UJ.



Ressalta-se que a ação 2000 não possui metas físicas.

De acordo com o setor responsável pelo Serviço Financeiro - SEF do CBPF, de forma geral, as razões do impacto orçamentário-financeiro na execução do orçamento do CBPF, em 2014, foram as seguintes:

- 1) Liberação tardia do orçamento contingenciado pelo MCTI – outubro/novembro, atrasando o cronograma de contratação, recebimento, liquidação e pagamento;
- 2) Restrição no limite financeiro de pagamento estipulado pelo MCTI, na ordem de R\$ 11.020.000,00, para execução do orçamento do exercício e restos a pagar de 2013, com um déficit financeiro de R\$ 2.271.579,74, agravado pela falta do repasse da última parcela de R\$ 740.000,00, perfazendo o total deficitário de R\$ 3.011.589,74.

Quanto ao Plano Orçamentário 0001 da ação 20UM, verificou-se que as restrições ocorridas em 2014, não impactaram muito a execução desta ação, no ano em análise, uma vez que, por se tratar de uma ação bem específica, Pesquisa e Desenvolvimento, os impactos serão mais sentidos no decorrer de um espaço de tempo que ultrapassa o exercício, como demonstrado pelos restos a pagar desta ação, em 2013, inscritos em 2014, no valor de R\$ 850.067,32. Isso porque as atividades continuam a ser realizadas, mas são impostas restrições à aquisição de equipamentos e materiais para laboratórios; missões e visitas de intercâmbio não são apoiadas, etc.

No que se refere ao Plano Orçamentário 0002 da ação 20UM, o contingenciamento orçamentário-financeiro ocorrido em 2014 afetou mais fortemente a execução dessa Ação, refletindo no seu baixo índice de despesas pagas no exercício – 48,93%. Somente o pagamento da colaboração científica entre o CBPF e o CERN (*Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire* – um acelerador de partículas localizado na fronteira da Suíça com a França), no valor de R\$ 456.770,39, representando 48,08% do orçamento anual da ação, ficou como restos a pagar não processados pela falta da liberação financeira e pela alta do câmbio do dólar. Caso tivesse sido possível o pagamento desta rubrica, a execução da ação, em 2014, passaria de 48,93% para 97,01%.

Acerca da ação 2000, ressalta-se que as despesas com a manutenção da infraestrutura institucional e com os contratos continuados, especialmente o contrato de terceirização de mão-de-obra, além das despesas com eletricidade, telefonia, água, consomem quase a totalidade do orçamento institucional do CBPF, cujo montante não tem acompanhado o aumento verificado nessas despesas. De acordo com levantamento efetuado pela UJ, seria necessário um aumento da ordem de 25% no orçamento para sanar suas necessidades institucionais. Estes fatos vêm sendo reportados constantemente pelo CBPF ao MCTI em seus Relatórios dos Termos de Compromisso de Gestão e ao TCU em seus Relatórios de Gestão anuais.

Outra análise indicou que, devido a sua insuficiência orçamentária, nos últimos cinco anos, houve a necessidade de se pagar despesas da ação 2000 com o orçamento – do Plano Orçamentário 0001 da Ação 20UM: Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

Solicitado por e-mail de 09 de abril de 2015, a justificar a utilização, em 2014, de recursos orçamentário-financeiros do Plano Orçamentário 0001 da Ação 20UM (antiga ação 4123)



nos gastos da ação 2000, o responsável pela Coordenação de Administração do CBPF, assim se manifestou:

“Com relação ao uso de parte da ação 4123 nas despesas da ação 2000, temos a informar que como o CBPF é efetivamente um centro de pesquisas, onde existem vários laboratórios de pesquisas que demandam gastos com, limpeza, telefonia, energia elétrica e segurança.

Por esse motivo é que utilizamos parte desse orçamento, onde cada vez mais se incorpora a ação 2000.”

Além disso, verifica-se a utilização pela UJ de receita não proveniente do orçamento, obtida por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED's. A justificativa da Unidade foi a dificuldade Orçamentário-Financeira, principalmente com relação às despesas continuadas na rubrica custeio, para qual a única solução encontrada foi a submissão de TED's à Subsecretaria de Unidades de Pesquisa (SCUP/MCTI) com o objetivo de atender às situações emergenciais, forma considerada pelo CBPF como a única viável para a obtenção de recursos além daqueles atribuídos à UJ por meio da Lei Orçamentária Anual.

Ressalte-se que os recursos advindos dos TED's estão voltados diretamente para atender as necessidades de recursos das atividades relacionadas ao Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT/Rio (cuja coordenação é de responsabilidade do CBPF), para a compra de novos equipamentos e de material de consumo (ex. gases) voltados para a pesquisa, além do conserto de equipamentos já existentes. Outra função desses TED's é minimizar os impactos na execução do Plano Orçamentário 0001 da Ação 20UM: Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (finalístico).

A seguir, detalha-se a execução orçamentário-financeira dos valores liberados por TED's diretamente pela SCUP do MCTI:

Tabela II – Execução dos valores dos TED's em 2014

Valores dos TED's em 2014 (R\$)			
Liberados	Empenhados	Liquidado	Restos a Pagar Inscritos em 2015
2.469.662,65	2.469.662,65	1.287.837,37	1.181.825,28

Fonte: Resposta da SA201503486/004

Entende-se que os valores financeiros acima, acabam por se constituir na execução de uma espécie de “orçamento complementar”, dificultando a compreensão da execução orçamentário-financeira da UJ e de seus resultados.

Diante da situação descrita acima, avalia-se que o contingenciamento orçamentário, aliado às deficiências no fluxo orçamentário-financeiro da UJ, somados à contínua diminuição do quadro de recursos humanos do CBPF, vem impactando suas atividades e, conseqüentemente, prejudicando na consecução de seus objetivos institucionais. Alerta-se que, com a tendência de continuidade do contingenciamento orçamentário nos próximos exercícios, a situação tende a se agravar.

Constata-se, também, que o TCG assinado entre o MCTI e o CBPF, em 2014, está alinhado com o Plano Diretor da UJ - PDU, 2011 – 2015, uma vez que existe um grau de integração quanto às áreas e eixos estratégicos envolvidos, além da medição de seus



resultados e metas. Este fato indica que o TCG pode ser revisado a cada elaboração de um novo PDU pelo CBPF.

2.3 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Selecionou-se seis indicadores da área físico-operacional (IPUB, IGPUB, PPACI, PPACN, PcTD e IODT), representando 54,54% dos indicadores da área; os três indicadores da área administrativo-financeira (APD, RRP e IEO), representando 100% dos indicadores da área; os três indicadores da área de recursos humanos (ICT, PRB e PRPT), representando 100% dos indicadores da área; e o único indicador da área de inclusão social (PPDS). Ressalte-se que a análise dos indicadores do TCG faz parte do acordo entre CGU e TCU nos termos do §6º do art. 9º da DN TCU nº 140/2014.

Quadro II – Indicadores avaliados

Denominação Sintética	Descrição	Forma de cálculo e/ou aferição
IPUB - Índice de publicações	Número de publicações por técnico, com duas casas decimais. Considera somente as publicações e textos efetivamente publicados no período. Resumos expandidos não devem ser incluídos. Os técnicos atuantes no indicador devem ser listados em anexo.	$IPUB = NPSCI / TNSE$ $NPSCI = N^{\circ}$ de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, no ano. $TNSE = \Sigma$ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.
IGPUB - Índice Geral de publicações	Número de publicações por técnico, com duas casas decimais. Considera somente as publicações e textos efetivamente publicados no período. Resumos expandidos não devem ser incluídos.	$IGPUB = NGPB / TNSE$ $NGPB = (N^{\circ}$ de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados) + (Nº de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (Nº de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional) + (Nº de capítulo de livros), no ano. $TNSE = \Sigma$ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.
PPACI - Programa, Projetos e Ações de Cooperação Internacional.	Nº de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência a país.	$PPACI = NPPACI$ Unidade: Número, sem casa decimal. As Instituições parceiras estrangeiras e seus respectivos Programas, Projetos ou Ações deverão ser listadas em anexo, de



		acordo com a sua classificação (Programa, Projeto, Ação); Deverão ser inseridas nos relatórios também as informações sobre a vigência e resultados apresentados, no ano.
PPACN - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional.	Nº de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano.	PPACN = NPPACN Unidade: Número, sem casa decimal. Considerar apenas os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, ou seja, que estejam em desenvolvimento efetivo. Como documento institucional / formal entende-se, também, cartas, memos e similares assinados / acolhidos pelos dirigentes da instituição nacional. As Instituições parceiras brasileiras e seus respectivos Programas, Projetos ou Ações deverão ser listadas em anexo, de acordo com a sua classificação (Programa, Projeto, Ação); Deverão ser inseridas nos relatórios também as informações sobre a vigência e resultados apresentados, no ano.
PcTD - Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos	Número de processos e técnicas por técnico, com duas casas decimais. Os técnicos deverão ser listados, em anexo, com seus respectivos cargos/funções. Exclui-se, neste indicador, o estágio de homologação do processo, protótipo, software ou técnica que, em algumas UPs, se segue à conclusão do trabalho. Tal estágio poderá, eventualmente, constituir-se em indicador específico da UP.	$PcTD = NPTD / TNSEt$ NPTD = Nº total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo nº de relatórios finais produzidos. TNSEt = Técnicos de Nível Superior vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na UP/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG. Unidade: Número de processos e técnicas por técnico, com duas casas decimais.
IODT - Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas	NTD = Nº de Teses de Doutorado defendidas (peso 3). NDM = Nº de Dissertações de Mestrado defendidas (peso 2). NME = Nº de Monografias de Especialização defendidas (peso 1). TNSEo = Considerar apenas os pesquisadores habilitados a orientar, ou seja, somente os doutores. Considerar também, a orientação das dissertações e teses por pesquisadores em outras instituições que não a UP/MCTI.	$IODT = [(NTD * 3) + (NDM * 2) + (NME * 1)] / TNSEo$ Unidade: Número



<p>APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento</p>	<p>APD = [1 - (Somatório das despesas com manutenção (DM) / Orçamento de custeio e capital, inclusive das fontes 150/250 efetivamente empenhados e liquidados no período (OCC))] * 100</p> <p>DM = Σ das Despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano.</p> <p>OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100 / 150 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas.</p>	<p>APD = [1 - (DM / OCC)] * 100</p> <p>Unidade: %, sem casa decimal.</p> <p>Além das despesas administrativas listadas no conceito do indicador APD, incluir outras despesas administrativas de menor vulto e todas aquelas necessárias à manutenção.</p>
<p>RRP - Relação entre Receita Própria e OCC</p>	<p>RRP = Receita própria total (RPT) / Orçamento de custeio e capital, inclusive das fontes 150/250 efetivamente empenhados e liquidados no período (OCC)] * 100</p> <p>RPT = Receita Própria Total incluindo a Receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra-orçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa).</p> <p>OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150 / 250.</p>	<p>RRP = RPT / OCC * 100</p> <p>Unidade: %, sem casa decimal.</p> <p>Na receita própria total (RPT), devem ser incluídos os recursos diretamente arrecadados (fonte 150), convênios, recursos extra-orçamentários oriundos de fundações, fundos e agências, excluídos os auxílios individuais concedidos diretamente aos pesquisadores pelo CNPq.</p>
<p>IEO - Índice de Execução Orçamentária</p>	<p>IEO = [Somatório dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados (VOE)/ Limite de empenho autorizado (OCCe)] * 100.</p> <p>VOE = Σ dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados.</p> <p>OCCe = Limite de Empenho Autorizado.</p>	<p>IEO = (VOE / OCCe) * 100</p> <p>Unidade: %, sem casa decimal.</p>
<p>ICT - Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento</p>	<p>ICT = Recursos financeiros aplicados (ACT) / Orçamento de custeio e capital, inclusive das Fontes 150/250 efetivamente</p>	<p>ICT = ACT / OCC * 100</p> <p>Unidade: %, sem casa decimal.</p>



	<p>empenhados e liquidados no período (OCC)] * 100</p> <p>ACT = Recursos financeiros aplicados em capacitação e treinamento no ano.</p> <p>OCC = A soma das dotações de custeio e capital, inclusive as das fontes 100 / 150.</p>	<p>Incluir despesas com passagens e diárias em viagens cujo objetivo seja participar de cursos, congressos, simpósios e workshops, além de taxas de inscrição e despesas com instrutores (desde que pagos para ministrarem cursos e treinamento para servidores da UP), excluídos, evidentemente, dispêndios com cursos de pós-graduação oferecidos pela entidade.</p>
PRB - Participação Relativa de Bolsistas	<p>NTB = Σ dos bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano.</p> <p>NTS = N° total de servidores em todas as carreiras, no ano.</p>	<p>PRB = [NTB / (NTB + NTS)] * 100</p> <p>Unidade: %, sem casa decimal.</p>
PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	<p>PRPT = Somatório de pessoal terceirizado existente no CBPF (NPT) / Número total de servidores em todas as carreiras (NTS) + Número de Terceirizados (NTP) * 100</p> <p>NPT = Σ do pessoal terceirizado, no ano.</p> <p>NTS = N° total de servidores em todas as carreiras, no ano.</p>	<p>PRPT = [NPT / (NPT + NTS)] * 100</p> <p>Unidade: %, sem casa decimal.</p>
PPDS - Índice de Inclusão Social	<p>PPDS = Programas e Projetos Diretos para a Sociedade.</p> <p>PSDS - Programas e Projetos Diretos para a Sociedade.</p> <p>NPIS = N° de Programas e Projetos desenvolvidos pela Instituição na área de Inclusão Social.</p>	<p>PPDS = NPIS</p> <p>Unidade: Número de projetos</p>

Fonte: TCG MCTI x CBPF

Após as análises realizadas, cujo detalhamento encontra-se na segunda parte deste Relatório (anexo), chegou-se à seguinte avaliação quanto aos 13 indicadores da amostra:

Quadro III – Avaliação dos atributos dos indicadores

Indicador	Atributo	Atendimento do Indicador ao Critério
IPUB	Compleitude (a)	Atende
	Comparabilidade (b)	Atende
	Confiabilidade (c)	Atende
	Acessibilidade (d)	Atende
	Economicidade (e)	Atende
IGPUB	Compleitude (a)	Atende
	Comparabilidade (b)	Atende
	Confiabilidade (c)	Atende
	Acessibilidade (d)	Atende
	Economicidade (e)	Atende
PPACI	Compleitude (a)	Atende
	Comparabilidade (b)	Atende
	Confiabilidade (c)	Atende
	Acessibilidade (d)	Atende
	Economicidade (e)	Atende



PPACN	Completude (a)	Atende
	Comparabilidade (b)	Atende
	Confiabilidade (c)	Atende
	Acessibilidade (d)	Atende
	Economicidade (e)	Atende
PcTD	Completude (a)	Atende
	Comparabilidade (b)	Atende
	Confiabilidade (c)	Atende
	Acessibilidade (d)	Atende
	Economicidade (e)	Atende
IODT	Completude (a)	Não Atende
	Comparabilidade (b)	Atende
	Confiabilidade (c)	Atende
	Acessibilidade (d)	Atende
	Economicidade (e)	Atende
APD	Completude (a)	Não Atende
	Comparabilidade (b)	Atende
	Confiabilidade (c)	Atende
	Acessibilidade (d)	Atende
	Economicidade (e)	Atende
IEO	Completude (a)	Não Atende
	Comparabilidade (b)	Atende
	Confiabilidade (c)	Atende
	Acessibilidade (d)	Atende
	Economicidade (e)	Atende
RRP	Completude (a)	Não Atende
	Comparabilidade (b)	Não Atende
	Confiabilidade (c)	Não Atende
	Acessibilidade (d)	Não Atende
	Economicidade (e)	Atende
PRPT	Completude (a)	Não Atende
	Comparabilidade (b)	Atende
	Confiabilidade (c)	Atende
	Acessibilidade (d)	Atende
	Economicidade (e)	Atende
ICT	Completude (a)	Não Atende
	Comparabilidade (b)	Atende
	Confiabilidade (c)	Atende
	Acessibilidade (d)	Atende
	Economicidade (e)	Atende
PRB	Completude (a)	Não Atende
	Comparabilidade (b)	Atende
	Confiabilidade (c)	Atende
	Acessibilidade (d)	Atende
	Economicidade (e)	Atende
PPDS	Completude (a)	Atende
	Comparabilidade (b)	Atende
	Confiabilidade (c)	Atende
	Acessibilidade (d)	Atende
	Economicidade (e)	Atende

Fonte: TCG MCTI x CBPF

Assim, conclui-se que os indicadores mais propícios a uma avaliação crítica são aqueles ligados às áreas administrativo-financeira e de recursos humanos. O indicador da área social é muito simples e os físicos e operacionais estão diretamente ligados com as



atividades fim da UJ e com o seu Plano Diretor vigente, não havendo muito a se questionar quanto às análises realizadas, com exceção do IODT.

Com relação aos problemas apontados, verifica-se que não fica claro qual é o objetivo do indicador IODT, isto é, o que se deseja medir (produtividade, efetividade, etc), prejudicando sua utilidade/completude.

Quanto aos indicadores APD, IEO e ICT, estes não incluem em suas fórmulas os valores empenhados e liquidados referentes aos recursos liberados diretamente pelo MCTI para o CBPF via TED's, prejudicando suas utilidades/completudes.

No caso específico do indicador RRP, além da situação anterior, acrescenta-se a falta de padronização quanto à definição do que deve ser considerado como receita própria que impacta a análise de sua série histórica além de sua total compreensão, prejudicando sua comparabilidade, confiabilidade e acessibilidade.

No caso dos indicadores PRB e PRPT, avaliou-se por sua falta de utilidade/completude pelo fato de terem peso zero no TCG, isto é, seus resultados não estão sendo considerados.

Quanto ao TCG, levantaram-se alguns itens que justificam uma revisão do mesmo tais como: ausência da descrição do objetivo dos indicadores do TCG (com exceção do indicador TPTD, que não foi analisado), definição incompleta ou desatualizada dos componentes das fórmulas de alguns indicadores, diferença entre a precisão dos indicadores estabelecida no TCG e aquela que está sendo efetivamente utilizada, cômputo de valores incompletos nas fórmulas dos indicadores devido ao prazo de trinta dias para entrega do resultado do TCG, etc.

Além disso, constata-se a existência de deficiências nos controles internos da área contábil do CBPF quanto à geração de informações para o TCG, aliada a inexistência de uma documentação unificada que possa embasar os dados fornecidos para a composição do TCG.

As análises detalhadas de cada indicador e dos problemas encontrados no TCG estão descritos no anexo deste relatório.

2.4 Avaliação da Desoneração da Folha de Pagamentos

A UJ informou que não possui nenhum contrato, encerrado ou vigente, que se encaixe nas regras delineadas no art. 7º da Lei 12.546/2011 e no art. 2º do Decreto 7.828/2012.

2.5 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU



Não foram identificados acórdãos emitidos pelo TCU para o CBPF nos exercícios de 2012, 2013 e 2014 (o último processo de avaliação de contas efetuado no CBPF ocorreu em 2012, sobre o exercício 2011).

2.6 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

Realizou-se no primeiro semestre de 2015 uma revisão das 15 recomendações emitidas pela CGU e ainda pendentes de atendimento pelo CBPF, tendo como resultado apenas duas recomendações pendentes de atendimento.

Ressalte-se que o atendimento destas duas recomendações pela UJ depende de acontecimentos que fogem de sua alçada, tais como a regularização do fluxo orçamentário-financeiro, possibilitando o planejamento de suas licitações. Cabe esclarecer que a UJ pediu prorrogação de atendimento destas recomendações pendentes, tendo em vista que a liberação irregular de recursos orçamentário-financeiros prejudicou seu planejamento e, conseqüentemente, o atendimento das recomendações.

2.7 Avaliação do CGU/PAD

Constatou-se que os processos disciplinares estão sendo lançados regularmente no sistema CGU-PAD e que houve a designação de uma Coordenadora-Adjunta, responsável pelo registro no Sistema, com o perfil de administrador. Além disso, avaliou-se como adequadas as estruturas tecnológicas e de pessoal da UJ quanto ao assunto em questão.

2.8 Ocorrências com dano ou prejuízo

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

3. Conclusão

A partir do material disponibilizado, do escopo dos trabalhos e da oportunidade de interlocução com os gestores do CBPF foi possível consignar opinião desse Órgão de Controle Interno sobre as áreas analisadas, conforme segue.



Da verificação da composição do rol de responsáveis do CBPF, foram detectadas incongruências quanto às informações disponibilizadas pela UJ no processo eletrônico de contas disponibilizado ao TCU.

A avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos do Centro evidenciou problemas na execução orçamentário-financeira da UJ, devido a contingenciamentos no orçamento e a demora na liberação dos recursos financeiros.

No que se refere aos indicadores instituídos pela UJ, apontam-se problemas na avaliação dos atributos de sete dos treze analisados.

As providências corretivas a serem adotadas pelo CBPF para sanar as impropriedades apontadas, quando for o caso, serão incluídas no respectivo Plano de Providências Permanente (PPP) ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno.

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Rio de Janeiro/RJ, 16 de julho de 2015.

Nome:

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Relatório supervisionado e aprovado por:

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Rio De Janeiro



Achados da Auditoria - nº 201503486

1 CONTROLES DA GESTÃO

1.1 CONTROLES INTERNOS

1.1.1 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliar a conformidade das peças do processo prestação de contas do CBPF em 2014.

Fato

Considerando que o processo de contas passou a ser feito de forma exclusivamente eletrônica, após analisar a versão em PDF do Relatório de Gestão 2014 do CBPF, cópia daquela enviada ao TCU, em 30 de abril de 2015, concluiu-se que esta contempla os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos da DN TCU nº 132/2013, da Portaria-TCU nº 175/2013 e da DN TCU nº 127/2013.

A análise do rol de responsáveis existente no SIAFI foi realizada no ponto 2.1.1.1 deste relatório.

1.1.1.2 INFORMAÇÃO

Revisão do Plano de Providências Permanente - março/2015.

Fato

Foi realizada a revisão das 15 recomendações emitidas pela CGU para o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF. A revisão abrangeu as recomendações expiradas em 31 de dezembro de 2014.

Dessa forma, a avaliação do cumprimento das recomendações é mostrada no quadro a seguir:

Tabela III – Avaliação do cumprimento das recomendações da CGU pelo CBPF

Data de Execução do Procedimento: 08/04/2015	
Qtde de Recomendações com prazo de atendimento expirado: 15	
Qtde de Recomendações expiradas que foram atendidas	11
Qtde de Recomendações expiradas que foram canceladas	2
Qtde de Recomendações expiradas e ainda pendentes	2 (*)

Legenda: Considera-se pendente o que não foi atendido ou que foi atendido parcialmente.

(*) Ficaram duas recomendações pendentes, considerando que foram aglomeradas em uma única recomendação, duas recomendações que dizem respeito ao problema do fracionamento de despesas no CBPF, para as quais a UJ solicitou prorrogação de prazo de atendimento para 31 de dezembro de 2015.



Importa ressaltar que o atendimento da recomendação relativa ao fracionamento depende de acontecimentos que fogem a sua alçada, tais como a regularização do fluxo orçamentário-financeiro, de forma a possibilitar o planejamento de suas licitações. Este foi o motivo da solicitação de prorrogação de prazo pela UJ.

1.1.1.3 INFORMAÇÃO

Análise da estrutura do CGUPAD no CBPF.

Fato

A Chefe de Recursos Humanos do CBPF foi designada como Coordenadora-Adjunta, responsável pelo registro no Sistema CGU-PAD, com perfil de administrador, por meio da Portaria n.º 027, de 30 de agosto de 2010, publicada no Boletim de Serviço do MCTI, em 31 de agosto de 2010. Desde esta nomeação, os processos estão sendo lançados regularmente no sistema, conforme comprovação obtida pelo relatório extraído do sistema CGU-PAD contendo os procedimentos de correição do CBPF.

Embora o CBPF não disponha de uma estrutura formalizada com a função de um Sistema de Correição da Unidade, as eventuais comissões são instituídas, por meio de Portaria do Diretor, quando necessário, para resolver os casos surgidos. Ressalte-se que a estrutura de Recursos Humanos do CBPF é composta por apenas dois servidores efetivos e três terceirizados e que não existem normativos internos que regulem o registro de informações no sistema CGUPAD.

Baseados nas informações acima, e perante o volume de procedimentos de correição – apenas oito entre 2007 e 2015 (sete sindicâncias e um rito sumário, todos já julgados), a CGU avalia como adequadas as estruturas tecnológicas e de pessoal da UJ quanto ao assunto.

1.1.2 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

1.1.2.1 CONSTATAÇÃO

Riscos de continuidade na área contábil do CBPF quanto à geração de informações para o TCG e seu respectivo relatório.

Fato

Durante o levantamento das informações dos indicadores administrativos e financeiros do CBPF que estão presentes no TCG assinado pela UJ com o MCTI, verificou-se que as informações são prestadas pelo Serviço Financeiro - SEF do CBPF.

Constatou-se que a SEF é constituída por apenas quatro pessoas, um único servidor, já em condições de se aposentar, e três terceirizados. O servidor é o responsável por extrair os dados do SIAFI e enviá-los ao setor responsável pela elaboração do TCG e de seus relatórios.



Identificou-se que não existe um manual de procedimentos onde haja a descrição da metodologia de como extrair os dados do SIAFI, isto é, que transações utilizar, quais fontes devem ser incluídas ou não, quais rubricas devem ser consideradas ou não. Também não se encontrou um documento onde qualquer pessoa pudesse comprovar e verificar os dados extraídos em exercícios anteriores e aqueles referentes ao exercício corrente. A única possibilidade seria a de extrair os dados novamente do SIAFI.

Sendo assim, entende-se que a confiabilidade (a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação não é transparente e reprodutível por outros agentes, internos ou externos à unidade) das medidas dos indicadores APD, RRP e IEO, integrantes do TCG, pode ser afetada em um futuro próximo, em caso de aposentadoria deste único servidor responsável por extrair os dados. Além disso, alerta-se que a existência de problemas na confiabilidade afetará a comparabilidade desses indicadores (capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas).

Causa

Ausência de documentação e de recursos humanos necessários ao desenvolvimento das atividades do CBPF.

Manifestação da Unidade Examinada

As manifestações apresentadas pela UJ, informalmente na reunião de busca de soluções, foram incorporadas no texto do relatório. Além destas, não ocorreram outras manifestações por parte do CBPF.

Análise do Controle Interno

Não se aplica.

Recomendações:

Recomendação 1: Elaborar um manual descrevendo a metodologia de como extrair do SIAFI os dados contábeis necessários ao cálculo de cada um dos três indicadores administrativo-financeiros que compõem do TCG do MCTI com o CBPF, de modo que qualquer pessoa com acesso ao sistema possa extraí-los e obter os mesmos resultados.

Recomendação 2: Elaborar, anualmente, para cada um dos três indicadores administrativo-financeiros que compõem do TCG do MCTI com o CBPF, um documento que contenha o detalhamento dos valores das rubricas que integraram suas variáveis e, conseqüentemente, do indicador em questão, de modo que a série histórica desses indicadores possa ser comprovada por qualquer pessoa.

Recomendação 3: Que o CBPF verifique junto às áreas da UJ envolvidas (Diretoria, Coordenação de Colaborações Científicas Institucionais - CCI, SEF dentre outras) a



necessidade de criar documentação formalizada que sustente todas as informações consideradas anualmente no TCG.

1.2 CONTROLES EXTERNOS

1.2.1 ATUAÇÃO DO TCU/SECEX NO EXERCÍCIO

1.2.1.1 INFORMAÇÃO

Pesquisa de acórdãos emitidos pelo TCU para o CBPF nos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

Fato

Foi realizada a revisão das 15 recomendações emitidas pela CGU para o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF. A revisão abrangeu as recomendações expiradas em 31 de dezembro de 2014.

Dessa forma, a avaliação do cumprimento das recomendações é mostrada no quadro a seguir:

Tabela III – Avaliação do cumprimento das recomendações da CGU pelo CBPF

Data de Execução do Procedimento: 08/04/2015	
Qtde de Recomendações com prazo de atendimento expirado: 15	
Qtde de Recomendações expiradas que foram atendidas	11
Qtde de Recomendações expiradas que foram canceladas	2
Qtde de Recomendações expiradas e ainda pendentes	2 (*)

Legenda: Considera-se pendente o que não foi atendido ou que foi atendido parcialmente.

(*) Ficaram duas recomendações pendentes, considerando que foram aglomeradas em uma única recomendação, duas recomendações que dizem respeito ao problema do fracionamento de despesas no CBPF, para as quais a UJ solicitou prorrogação de prazo de atendimento para 31 de dezembro de 2015.

Importa ressaltar que o atendimento da recomendação relativa ao fracionamento depende de acontecimentos que fogem a sua alçada, tais como a regularização do fluxo orçamentário-financeiro, de forma a possibilitar o planejamento de suas licitações. Este foi o motivo da solicitação de prorrogação de prazo pela UJ.

2 GESTÃO OPERACIONAL

2.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

2.1.1 SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

2.1.1.1 INFORMAÇÃO

Identificação dos integrantes do Rol dos Responsáveis do CBPF em 2014.

Fato

O rol de responsáveis do CBPF no SIAFI apresentou responsáveis pelas seguintes áreas:



- Ordenador de Despesas (Titular, Substituto e por delegação de competência: Diretor, Diretor Substituto e Chefe da Coordenação de Administração e substituto);
- Conformidade de registro de gestão (titular e substituto);
- Atos de Gestão Financeira e conformidade contábil (Titular e substituto); e
- Almoxarifado e Gestão de Patrimônio (bens móveis) – Serviço de Material (titular e substituto).

Verificou-se a existência da identificação das atribuições de cada um no Regimento Interno/Estatuto da UJ e da fidedignidade dos agentes relacionados no rol com as naturezas de responsabilidade do art. 10 da IN 63/2010:

- a) Dirigente máximo da unidade jurisdicionada;
- b) Membro de diretoria ou ocupante de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente de que trata o inciso anterior, com base na estrutura de cargos aprovada para a unidade jurisdicionada;
- c) Membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por ato de gestão que possa causar impacto na economicidade, eficiência e eficácia da gestão da unidade.

Entretanto verificou-se que as informações disponibilizadas pela UJ, em seu processo eletrônico enviado ao TCU, estão incorretas, sendo tornadas sem efeito. A UJ apresentou o Ofício DIR nº026/2015, de 11 de Março de 2015, cuja natureza foi a resposta à solicitação de indicação de apresentadores de contas com poder de delegação, designando apenas as duas pessoas com poder de delegação para a prestação de contas de 2014. Sendo assim, emitiu-se a Nota de Auditoria N.º 201503486/001, em 08 de maio de 2015, para a qual o CBPF informou já ter iniciado o processo de correção da informação, para posterior envio à CGU.

2.1.2 EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

2.1.2.1 INFORMAÇÃO

Análise dos resultados quantitativos e qualitativos do CBPF em 2014.

Fato

O CBPF executa o programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação.

Tabela IV – Execução do Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação.

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – Programa 2021				
Orçamento Autorizado	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	% de execução (pago / empenhado)
11.485.064,00	11.485.064,00	9.501.969,55	9.501.969,55	82,73%

Fonte: Relatório de Gestão 2014 da UJ.

No exercício de 2014 foram inscritos R\$ 1.806.515,74 (um milhão, oitocentos e seis mil, quinhentos e quinze reais e setenta e quatro centavos) como restos a pagar não processados, isto é, parte do orçamento de 2013 que ficou para ser executada em 2014. Além disso, como resultado da execução orçamentária de 2014, restaram R\$ 1.983.094,45



(um milhão, novecentos e oitenta e três mil, noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos) para serem executados em 2015.

De acordo com o setor responsável pelo Serviço Financeiro - SEF do CBPF, as razões do impacto orçamentário-financeiro na execução do orçamento do CBPF, em 2014, foram:

- 1) Liberação tardia do orçamento contingenciado pelo MCTI – outubro/novembro, atrasando o cronograma de contratação, recebimento, liquidação e pagamento;
- 2) Restrição no limite financeiro de pagamento estipulado pelo MCTI, na ordem de R\$ 11.020.000,00, para execução do orçamento do exercício e restos a pagar de 2013, com um déficit financeiro de R\$ 2.271.579,74, agravado pela falta do repasse da última parcela de R\$ 740.000,00, perfazendo o total deficitário de R\$ 3.011.589,74.

A seguir apresenta-se a distribuição orçamentária pelas ações executadas pelo CBPF em 2014:

Tabela V – Distribuição do orçamento do CBPF entre as ações executadas – 2014

Ação	Despesa Empenhada ou Orçamento Autorizado		Despesa Liquidada / Despesa Paga		Restos a Pagar Não Processados para execução em 2015	
	Valor	% do programa	Valor	% do programa	Valor	% do programa
20UM PO - 0001	3.856.892,00	33,58%	2.987.500,68	31,44%	869.391,32	43,84%
20UM PO - 0002	950.000,00	8,27%	464.860,96	4,89%	485.139,04	24,46%
2000	6.678.172,00	58,15%	6.049.607,91	63,67%	628.564,09	31,70%
Total do Programa	11.485.064,00	100,00%	9.501.969,55	100,00%	1.983.094,45	100,00%

Fonte: Relatório de Gestão 2014 da UJ.

Quando se analisa a distribuição do orçamento autorizado do CBPF, verifica-se que a maior parte dele está voltada para área meio (58,15%) enquanto que, apenas 41,85% dele estão voltados para área fim da UJ. Ao se considerar a despesa liquidada e paga no exercício, conclui-se que 82,73% do orçamento autorizado para o CBPF no exercício conseguiu ser efetivamente executado dentro do período. As duas últimas colunas apresentam a distribuição dos restos a pagar não processados da UJ a serem inscritos em 2015.

A seguir, passa-se a analisar a execução de cada ação sob responsabilidade do CBPF no exercício de 2014.

Tabela VI – Execução orçamentária da Ação 20UM – PO 0001

Ação 20UM – Plano Orçamentário 0001 - Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas					
Dotação Inicial	Orçamento Autorizado	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	% de execução (pago / empenhado)
3.915.000,00	3.856.892,00	3.856.892,00	2.987.500,68	2.987.500,68	77,46%

Fonte: Relatório de Gestão 2014 da UJ.



Faz-se necessário esclarecer que o Plano Orçamentário 0001 da ação 20UM se refere à atividade de Pesquisa e Desenvolvimento em uma instituição cuja missão é a pesquisa em Física (antiga ação 4123).

Até 2012, a meta física do Plano Orçamentário 0001 da ação 20UM (antiga ação 4123) era mensurada por meio do produto “artigos publicados/ano”. A partir de 2013, o produto utilizado para medição da meta física passou a ser Projeto desenvolvido. Por projeto desenvolvido a unidade considera as principais linhas de pesquisa da instituição (que se desdobram em sublinhas).

Para avaliar se estes projetos estão efetivamente atingindo seus objetivos, o CBPF não possui outra forma interna de avaliação que não os artigos publicados vinculados a tais projetos.

Os dados relativos ao exercício de 2014 extraídos do sistema de Gerenciamento do MCTI - SIGMCTI para a Ação 20UM – Objetivo 0403 PO 0001 são:

- Produto: Projeto Desenvolvido, cuja Meta para 2014 era 20;
- O resultado atingido pelo CBPF, isto é, 20 projetos desenvolvidos, considerou os 328 artigos publicados pela UJ, em 2014, resultado que também foi incluído no TCG 2014, assinado entre o CBPF e o MCTI. Observou-se que a forma correta de se medir o resultado da ação são os artigos publicados e não projetos.

As restrições ocorridas quanto à liberação financeira ao longo do exercício de 2014, evidenciadas pelo valor dos restos a pagar desta ação, em 2014, inscritos em 2015: R\$ 869.391,32, que corresponderam à 22,54% do valor empenhado/autorizado no mesmo exercício, e o contingenciamento de 1,48% entre a dotação inicial e o orçamento autorizado não afetaram a execução desta ação, no ano em análise, uma vez que em se tratando de uma ação bem específica – Pesquisa e Desenvolvimento - os impactos serão mais sentidos no decorrer de um espaço de tempo que ultrapassa o exercício, como demonstrado pelos restos a pagar desta ação, em 2013, inscritos em 2014, no valor de R\$ 850.067,32. O que ocorre é que as atividades continuam a ser realizadas, mas são impostas restrições à aquisição de equipamentos e materiais para laboratórios; missões e visitas de intercâmbio não são apoiadas, etc.

Tabela VII – Execução orçamentária da Ação 20UM – PO 0002

Ação 20UM – Plano Orçamentário 0002 – Apoio a Redes e Laboratórios de Pesquisa em Altas Energias - RENAF AE					
Dotação Inicial	Orçamento Autorizado	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	% de execução (pago / empenhado)
950.000,00	950.000,00	950.000,00	464.860,96	464.860,96	48,93%

Fonte: Relatório de Gestão 2014 da UJ.

Faz-se necessário esclarecer que o Plano Orçamentário 0002 da ação 20UM se refere à atividade de Apoio a Redes e Laboratórios de Pesquisa em Altas Energias - RENAF AE (antiga ação 8989 – Rede Nacional de Altas Energias - RENAF AE).

Os Dados relativos ao exercício de 2014, extraídos do sistema SIGMCTI, para a Ação 20UM, Objetivo 0403 PO 0002 são:

- Produto: Projeto Apoiado, cuja meta esperada para 2014 era 3;



- O resultado obtido pelo CBPF foi 3 e para chegar a este resultado, a UJ considerou os projetos apoiados pela RENAFEA cuja coordenação é responsabilidade do CBPF). De acordo com o responsável pela área na UJ, o número estabelecido foi atribuído pelo MCTI e ainda não foi possível alterá-lo para que ele possa verdadeiramente traduzir a execução da ação. Ao fazer o preenchimento, o CBPF considerou as atas da Rede Nacional de Física de Altas Energias que descrevem as ações feitas.

O contingenciamento orçamentário-financeiro ocorrido em 2014 afetou mais fortemente a execução da Ação UM – Plano Orçamentário 0002 (RENAFAE), refletindo no seu baixo índice de despesas pagas no exercício – 48,93%. Com o objetivo de ilustrar os problemas apontados, registra-se o valor dos restos a pagar inscritos desta ação, em 2013, inscritos em 2014: R\$ 31.738,02, e o valor dos Restos a Pagar inscritos desta ação, em 2014, inscritos em 2015: R\$ 485.139,04 (51,07% do empenhado/autorizado em 2014).

No caso específico do ano de 2014, o pagamento da colaboração científica entre o CBPF e o CERN (*Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire* – acelerador de partículas localizado na fronteira da Suíça com a França), no valor de R\$ 456.770,39, representando 48,08% do orçamento anual da ação, ficou como restos a pagar não processados pela falta da liberação financeira e pela alta do câmbio do dólar. Caso fosse possível sua execução, a execução da ação, em 2014, passaria de 48,93% para 97,01%.

Tabela VIII – Execução orçamentária da Ação 2000 – Administração da Unidade

Ação 2000 – Administração da Unidade					
Dotação Inicial	Orçamento Autorizado	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	% de execução (pago / empenhado)
6.763.532,00	6.678.172,00	6.678.172,00	6.049.607,91	6.049.607,91	90,59%

Fonte: Relatório de Gestão 2014 da UJ.

Observou-se que o orçamento da ação 2000 sofreu um contingenciamento de 1,26%, no exercício de 2014, e que não houve restos a pagar de 2013 inscritos em 2014. Além disso, verificou-se que o valor de restos a pagar de 2014 que foram inscritos em 2015 somam: R\$ 628.564,09 (9,41% do empenhado/autorizado em 2014), isto é, quase 10% do orçamento de 2014 referente a esta ação ficou para ser executado no exercício seguinte.

Ressalte-se que as despesas com a manutenção da infraestrutura institucional e com contratos continuados, especialmente o contrato de terceirização de mão-de-obra, consomem quase a totalidade do orçamento institucional do CBPF, que não tem acompanhado o aumento verificado nessas despesas. De acordo com levantamento efetuado pela UJ, seria necessário um aumento da ordem de 25% no orçamento para sanar suas necessidades institucionais. Além disso, conforme o CBPF tem constantemente destacado nos Relatórios dos TCG, as despesas com manutenção consomem a maior parte do orçamento institucional que não tem acompanhado a inflação especialmente no que tange a despesas com eletricidade, telefonia, água.

Outra análise indicou que, nos últimos cinco anos, houve a necessidade de se pagar despesas da ação 2000 com o orçamento da antiga ação 4123, atual Ação 20UM – Plano Orçamentário 0001- Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. De acordo com informações disponibilizadas pelo Chefe da Contabilidade do CBPF, os valores foram os seguintes:



Tabela IX – Situação da transferência de gastos da Ação 2000 para a Ação 20UM (PO0001)

Exercício	Orçamento Autorizado da Ação 2000 (A)	Orçamento Autorizado da antiga Ação 4123 – Atual 20UM-0001 (B)	Gastos da antiga Ação 4123– Atual 20UM-0001, que deveriam estar na 2000 (despesas fixas) (C)	% de gastos “indevidos” necessários na antiga ação 4123– Atual 20UM-0001, no ano (C/B)	% de aumento de orçamento necessário na Ação 2000 no ano (C/A)
2010	4.032.316,46	3.610.000,00	1.428.769,43	39,58%	35,43%
2011	6.041.000,00	4.110.000,00	78.331,12	1,91%	1,30%
2012	6.654.339,00	4.003.054,00	817.698,07	20,43%	12,29%
2013	6.694.032,00	3.904.500,00	1.315.449,43	33,69%	19,65%
2014	6.678.172,00	3.850.000,00	1.840.261,37 (*)	47,80% (*)	27,56%

Fonte: SIAFI. (*) De acordo com responsável pelo Serviço Financeiro - SEF do CBPF, estes valores foram utilizados para suprir a deficiência orçamentária da ação 2000, em 2014, e foram utilizados para cobrir a despesas fixas administrativas, como pessoal terceirizado, energia manutenção predial, etc.

Observa-se que os valores dos orçamentos autorizados do quadro anterior dizem respeito apenas à fonte 100. Os valores da fonte 150 não estão incluídos.

Analisando a informação presente na tabela anterior, verifica-se que, nos últimos três exercícios, o CBPF vem apresentando uma necessidade cada vez maior de um acréscimo no orçamento da ação 2000 para poder cumprir suas obrigações sem ter que utilizar recursos de outras ações. Além disso, pode-se concluir que, baseados nos gastos executados entre 2010 e 2011, os orçamentos das ações em análise sofreram a devida correção, minimizando o problema apontado. Considerando a situação atual, a tendência observada tende a se agravar, levando-se em conta o contingenciamento dos orçamentos das duas ações ao longo do tempo. No caso da ação 2000, desde 2013 e, no caso da antiga ação 4123, Atual 20UM-0001, desde 2011.

Solicitado em 09 de abril de 2015, através de e-mail, a justificar a utilização, em 2014, de recursos orçamentário-financeiros da antiga ação 4123 nos gastos da ação 2000, o responsável pela Coordenação de Administração do CBPF, assim se manifestou:

“Com relação ao uso de parte da ação 4123 nas despesas da ação 2000, temos a informar que como o CBPF é efetivamente um centro de pesquisas, onde existem vários laboratórios de pesquisas que demanda gastos com, limpeza, telefonia, energia elétrica e segurança.

Por esse motivo é que utilizamos parte desse orçamento, onde cada vez mais se incorpora a ação 2000.”

Além da justificativa acima, o CBPF apresentou as informações sobre os TED’s (Transferência Eletrônica Disponível) recebidos diretamente do MCTI – Valores empenhados em 2014:

Tabela X – TED’s recebidos diretamente do MCTI

Exercício	Valor total dos TED’s recebidos pelo CBPF diretamente do MCTI	Valor específico para as atividades do NIT-RIO (Inovação)
2010	R\$ 1.647.739,24	R\$ 100.000,00
2011	R\$ 3.174.943,00	R\$ 134.500,00



2012	R\$ 3.023.095,22	R\$ 160.000,00
2013	R\$ 1.800.699,59	R\$ 120.000,00
2014	R\$ 2.469.662,65	R\$ 379.600,00

Fonte: SIAFI 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Ressalte-se que parte dos TED's está voltado diretamente para atender, como destacado na tabela IV acima, as necessidades de recursos das atividades relacionadas ao Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT/Rio (cuja coordenação é de responsabilidade do CBPF), para a compra de novos equipamentos e de material de consumo (ex. gases) voltados para a pesquisa, além do conserto de equipamentos já existentes. Uma outra função desses TED's é minimizar os impactos na execução da antiga ação 4123 (ação finalística).

Ainda quanto aos TED's, destaca-se o relato da UJ na página 34 de seu Relatório de Gestão 2014:

“Dificuldade Orçamentário-Financeira: a instituição tem procurado submeter projetos às agências financiadoras, o que tem representado relevante aporte de recursos e permitido a aquisição de equipamentos e realização de reformas e a ampliação da infraestrutura institucional. Entretanto, quanto às despesas continuadas na rubrica custeio, a única solução no período em referência foi a submissão de Termos de Descentralização de Crédito à Subsecretaria de Unidades de Pesquisa (SCUP/MCTI) para atendimento de situações emergenciais. Com relação à infraestrutura, um novo cenário vem-se desenhando, já que a FINEP não apoiará mais projetos destinados à expansão e à modernização da infraestrutura física. Por essa razão, temos continuamente assinalado junto ao MCTI a necessidade de incremento na rubrica custeio.

Justificativa: Essa decisão foi tomada por ser a única forma viável de obter recursos além dos recursos orçamentários atribuídos à UJ através da Lei Orçamentária Anual.”

Entende-se que os valores financeiros acima acabam por se constituir na execução de uma espécie de “orçamento complementar”, dificultando o entendimento da execução orçamentário-financeira da UJ e de seus resultados. Como exemplo disso, ressalta-se que, de acordo com as informações prestadas pela SEF/CBPF, ocorre com os TED's em 2014, a mesma situação do orçamento oficial, isto é, existem valores efetivamente empenhados e liquidados no exercício corrente e existem restos a pagar que serão incluídos no exercício seguinte, como descritos no quadro a seguir.

Tabela XI – Execução dos valores recebidos via TED pelo CBPF

Valores dos TED's em 2014 (R\$)			
Liberados	Empenhados	Liquidado	Restos a Pagar Inscritos em 2015
2.469.662,65	2.469.662,65	1.287.837,37	1.181.825,28

Fonte: Resposta da SA201503486/004

Conclui-se que 47,85% do “orçamento complementar” relativos aos TED's restaram para serem executados em 2015.

Somente no exercício de 2014, o valor dos TED's constituiu-se em acréscimo de 21,50% ao valor total do orçamento autorizado do CBPF de R\$ 11.485.064,00.

Faz-se necessário verificar se esta situação atinge somente o CBPF ou faz parte do dia a dia das outras Unidades do MCTI e da Administração Direta Federal.



Considerando a situação descrita anteriormente, a avaliação do CBPF quanto à sua execução orçamentário-financeira, descrita em seu Relatório de Gestão 2014 é: *“Dadas as limitações orçamentárias, a UJ considera que obteve um bom desempenho de otimização dos recursos no exercício em referência.”*

A CGU avalia que o contingenciamento orçamentário, aliado às deficiências no fluxo orçamentário-financeiro da UJ, e somado à contínua diminuição do quadro de recursos humanos do CBPF, tem impactado suas atividades e, conseqüentemente, prejudicado na obtenção de seus resultados.

De modo a embasar esta conclusão, reproduz-se, a seguir, as considerações finais dos Relatórios Anuais de acompanhamento do TCG, 2013 e 2014, CBPF-MCTI, nas páginas 39 e 40 dos referidos documentos, respectivamente:

Em 2013, sobre o Planejamento Orçamentário e deficiência de pessoal:

“1. Planejamento Orçamentário: O orçamento anual na rubrica custeio encontra-se aquém do necessário em aproximadamente R\$ 3.000.000,00. Conforme demonstrado no Indicador APD (aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento), somente aproximadamente 15% do orçamento foram utilizados efetivamente na atividade-fim. Embora a SCUP venha se empenhando para suprir essa demanda através de repasses via atendimento de solicitações de Termos de Descentralização de Crédito submetidos pela Unidade, ressalta-se a necessidade de recompor-se o orçamento visando ao cumprimento da missão e das obrigações institucionais.

2. Deficiência de pessoal: A concessão de doze vagas para a carreira de pesquisador representou um passo significativo para a recomposição e rejuvenescimento do quadro de pesquisadores da instituição, entretanto ainda não é suficiente para suprir a carência de servidores, considerando-se as aposentadorias previstas em todos os segmentos. Em 2013 aposentaram-se 3 pesquisadores, 2 analistas 2 assistentes e um técnico. Do quadro de 141 servidores, 40 já têm o direito de se aposentarem. Em 2014 aposentam-se compulsoriamente mais três pesquisadores. Na carreira de gestão, para a qual foram concedidas apenas duas vagas para o cargo de Analista em Ciência e Tecnologia e somente uma candidata foi incorporada, essa situação é ainda mais grave.”

Em 2014, sobre o Planejamento Orçamentário:

“O ano de 2014 foi caracterizado pela forte restrição para a execução financeira, o que na prática significa importante redução do orçamento. No primeiro semestre a execução esteve restrita apenas às despesas de manutenção do instituto e com pessoal terceirizado. As atividades-fim do CBPF estão sendo mantidas pela inércia decorrente de investimentos feitos no passado recente e de recursos de convênios e auxílios obtidos junto a agências de fomento e empresas. Com o repasse de recursos na segunda metade do segundo semestre foi possível equilibrar a situação. Entretanto, a atividade de P&D aqui desenvolvida não pode estar sujeita a condições impostas por terceiros e que não são necessariamente compatíveis com o Plano Diretor e o papel de Instituto Nacional que se espera de uma UP do MCTI. O envelhecimento do corpo de servidores, sem que exista qualquer perspectiva de reposição via concurso no curto prazo das aposentadorias, ameaça fortemente a eficiência administrativa, que é uma das características mais marcantes do CBPF, já que as carreiras de assistente e analista de C&T são as que mais se ressentem deste fato.

O orçamento anual na rubrica custeio encontra-se aquém do necessário em aproximadamente R\$ 3.000.000,00. Conforme demonstrado no Indicador APD



(aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento), somente aproximadamente 18% do orçamento foram utilizados efetivamente na atividade-fim. Embora a SCUP venha se empenhando para suprir essa demanda através de repasses via atendimento de solicitações de Termos de Descentralização de Crédito submetidos pela Unidade, ressalta-se a necessidade de recompôr-se o orçamento visando ao cumprimento da missão e das obrigações institucionais.”

2.1.3 RESULTADOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL

2.1.3.1 INFORMAÇÃO

Análise de 13 dos 18 indicadores presentes no Termo de Cooperação de Gestão - TCG assinado anualmente entre o CBPF e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, representando 72,22% do total. Além disso, verifica-se sua compatibilidade com o Plano Diretor vigente do CBPF 2011-2015.

Fato

Os 18 indicadores que compõem o TCG estão divididos em quatro áreas: 11 indicadores da área Físico e Operacional, três da área Administrativa e Financeira, três da área de Recursos Humanos e um da área de Inclusão Social, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro IV – Indicadores do CBPF que compõem o TCG (2014)

Área	Indicadores
Físicos e Operacionais	1 - IPUB – Índice de Publicação
	2 - IGPUB – Índice Geral de Publicação
	3 - PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional
	4 - PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional
	5 - PcTD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos
	6 - PPDB – Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos
	7- IODT – Índice de Orientação de Dissertação e Teses Defendidas
	8 - TPTD – Índice de Trabalhos Publicados por Tese Defendida no Ano
	9 - ETCO – Eventos Técnico-Científicos Organizados
	10 - PD – Número de Pós-Docs
	11 - PV – Índice de Pesquisadores Visitantes
Administrativo Financeiros	12 - APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento
	13 - RRP – Relação entre Receita Própria e OCC
	14 - IEO – Índice de Execução Orçamentária
Recursos Humanos	15 - ICT – Índice de Investimentos em Capacitação e Treinamento
	16 - PRB – Participação Relativa de Bolsistas
	17 - PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado
Inclusão Social	18 - PPDS – Índice de Inclusão Social

Fonte: TCG CBPF x MCTI.

Selecionou-se seis indicadores da área físico-operacional (IPUB, IGPUB, PPACI, PPACN, PcTD e IODT), representando 54,54% dos indicadores da área; os três indicadores da área administrativo-financeira (APD, RRP e IEO), representando 100% dos indicadores da área; os três indicadores da área de recursos humanos (ICT, PRB e PRPT), representando 100% dos indicadores da área; e o único indicador da área de inclusão social (PPDS). Após as análises realizadas no anexo, chegou-se à seguinte avaliação quanto aos 13 indicadores da amostra:



Quadro V – Avaliação dos indicadores do CBPF selecionados como amostra

Indicador	Critérios				
	Completo / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
IPUB	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
IGPUB	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
PPACI	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
PPACN	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
PcTD	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende
IODT	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende
APD	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende
IEO	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende
RRP	Não atende	Não Atende	Não Atende	Não Atende	Atende
PRPT	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende
ICT	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende
PRB	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende
PPDS	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende

Fonte: TCG CBPF x MCTI.

Considerando as áreas às quais os indicadores estão relacionados, após se analisar os 13 que compõem a amostra selecionada, concluiu-se que os indicadores mais propícios a uma avaliação, isto é, que possuem mais elementos que podem ser analisados, são aqueles ligados às áreas administrativo-financeira e de recursos humanos. O indicador da área social é muito simples e os físicos e operacionais estão diretamente ligados com as atividades fim da UJ e com o Plano Diretor vigente, não havendo muita margem para questionamento.

Os problemas encontrados nos indicadores analisados estão descritos no ponto 2.1.3.15, deste relatório.

Analisando o TCG 2014, assinado entre o CBPF e o MCTI, e o Plano Diretor da UJ 2011 – 2015, evidenciou-se a correlação entre ambos, de acordo com algumas de suas cláusulas reproduzidas no quadro a seguir:

Quadro VI – Descrição de cláusulas do TCG 2014 entre CBPF e MCTI

Cláusula	Descrição
Primeira - Objeto	Este TCG tem por objeto o ajuste de condições específicas no relacionamento entre o MCTI, por meio da sua Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa, doravante denominada SCUP, e o CBPF, visando assegurar a essa Unidade as condições necessárias ao cumprimento de sua missão e de seu Plano Diretor - PDU 2011 - 2015, com excelência científica e tecnológica em sua área de atuação.
Segunda - Objetivos	São objetivos a serem alcançados com a execução deste TCG: 1. Proporcionar maior autonomia de gestão ao CBPF, simplificando o processo de tomada de decisões e de avaliação de resultados; 2. Atingir metas e resultados, fixados de comum acordo pelas partes convenientes, para cada exercício, aferidos por meio de indicadores específicos e quantificados de acordo com o Anexo 3, em consonância com seu PDU – 2011 - 2015; 3. Fornecer ao CBPF orientação básica e apoio para execução das suas atividades prioritárias definidas no PDU 2011 - 2015; 4. Consolidar o papel do CBPF como Instituto Nacional.”
Quarta - Compromissos do MCTI/SCUP	1. Assegurar o cumprimento do PDU 2011 – 2015 do CBPF e avaliá-lo anualmente por meio deste TCG; 2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução dos programas, projetos e atividades do CBPF, concorrendo para sua liberação nos prazos requeridos;



	3. Articular-se com as demais Secretarias do MCTI e Agências envolvidas direta ou indiretamente nos programas, projetos e atividades do CBPF, com vistas a assegurar os meios para o cumprimento deste TCG; (...)"
Quinta – Compromissos do CBPF	“(…) 2. Consolidar no CBPF as medidas necessárias ao cumprimento de seu PDU 2011 – 2015 e consequente TCG, assegurando o aprimoramento dos métodos de gerenciamento, a qualidade de suas atividades, a pesquisa científica e tecnológica, a introdução de inovações em processos técnicos e eventuais produtos e a racionalização dos custos de execução e gestão; 3. Observar, na condução dos processos, trabalhos técnicos e de pesquisa, os Objetivos Estratégicos, as Diretrizes de Ação e os Projetos Estruturantes estabelecidos no PDU 2011 - 2015, bem como os Programas e Ações da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015; 4. Apresentar, até o dia 30 do mês subsequente ao encerramento de cada semestre civil, relatório de desempenho, de acordo com modelo fornecido pela SCUP/MCTI e com parecer emitido pelo Conselho Técnico-Científico – CTC do CBPF; 5. Fornecer informações detalhadas adicionais quando necessárias à correta avaliação de desempenho; 6. Fazer gestões, com o apoio da SCUP/MCTI, para superação de eventuais obstáculos externos; (...)”

Fonte: TCG 2014, assinado entre o CBPF e o MCTI.

De acordo as informações fornecidas pelo CBPF, o Termo de Compromisso de Gestão, firmado anualmente entre o CBPF e o MCTI, começou a vigorar em 2002. Em 2005, por determinação do então MCT, foi feito intenso processo de Planejamento Estratégico que resultou no Plano Diretor da Unidade - PDU para o período 2006-2010. Desde 2006, os indicadores do PDU, na forma de metas a serem atingidas, também passaram a integrar o Termo de Compromisso de Gestão (TCG).

A correlação dos indicadores do TCG e do PDU vigente no CBPF pode ser demonstrada pelos exemplos no quadro abaixo, sendo os três primeiros Indicadores Físicos e Operacionais e o quarto um Indicador Administrativo-Financeiro:

Quadro VII – Comparativo entre indicadores do TCG e as Metas do PDU

Indicador(es) do TCG	Metas do PDU
- IPUB – Índice de Publicações IPUB = NPSCI / TNSE Unidade: Número de publicações por técnico, com duas casas decimais.	- Publicar cerca de 150 trabalhos científicos em revistas indexadas ou relatórios em temas da Física das Altas Energias até 2015. - Publicar cerca de 100 trabalhos científicos em revistas indexadas ou relatórios em temas de Física da Matéria Condensada até 2015.
- PPACN = NPPACN Unidade: Número, sem casa decimal. NPPACN = N° de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, - PPACI = NPPACI Unidade: Número, sem casa decimal NPPACI = N° de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência a país.	- Iniciar em 2011 a operação do Laboratório Interinstitucional de e-Astronomia (LineA), em associação com o Observatório Nacional, o Laboratório Nacional de Computação Científica, o Laboratório Nacional de Astrofísica, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa visando à participação nos projetos internacionais acima mencionados. - Realizar cerca de quatro novos projetos na área de Física Aplicada, nomeadamente toxicologia de nanomateriais e interação de biomateriais com células e tecidos humanos, instrumentação oceanográfica e bioquímica da biomineralização magnética, em parceria com outras instituições até 2015.



<p>- APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento</p> <p>$APD = [1 - (DM / OCC)] * 100$</p> <p>DM: Despesas de manutenção</p> <p>OCC: A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100 / 150 efetivamente empenhadas e liquidadas no período</p>	<p>Metas: Metas que utilizam recursos orçamentário-financeiros diretamente na infraestrutura de pesquisa.</p> <p>- Firmar pelo menos mais dois convênios com editores internacionais para aquisição de livros eletrônicos, até 2015.</p> <p>- Construir as novas instalações do Laboratório de Instrumentação Mecânica do CBPF, considerando um novo planejamento do espaço físico com área de projetos, usinagem (incluindo peças pequenas e cerâmicas), realização de medidas de dureza, corte de materiais, soldagem, vidro, carpintaria etc. a fim de garantir o atendimento aos grupos experimentais do CBPF, de outras UPs e de projetos de inovação tecnológica, até 2015.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Resposta da UJ a uma solicitação feita por email.

Na visão do Gestor do CBPF, eis os principais indicadores do TCG, em ordem de importância relacionada ao atingimento da missão institucional da unidade:

Quadro VIII – Principais indicadores do TCU para cumprimento da missão institucional

Missão Institucional do CBPF	Indicadores
<p>“Realizar pesquisa básica em Física e desenvolver suas aplicações, atuando como instituto nacional de Física do MCT e polo de investigação científica e formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico”.</p>	1- IPUB – Índice de Publicações
	7 - IODT – Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas
	5 - PcTD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos
	3 - PPACI & 4 – PPACN – Respectivamente, Projetos e Ações de Cooperação Internacional e de Cooperação Nacional

Fonte: Resposta da UJ a uma solicitação feita por email.

Além disso, o CBPF destaca outros indicadores físico-operacionais que se desdobram nas atividades ligadas àqueles já mencionados acima, por exemplo: o número de pesquisadores visitantes (Indicador 11 – PV) está associado às ações de cooperação; o número de projetos de pesquisa básica desenvolvidos (Indicador 6 – PPBD – projetos de pesquisa básica) está relacionado tanto ao índice de publicações quanto ao índice de processos, não havendo sobreposição e sim complementariedade entre eles.

O CBPF também esclareceu que os indicadores Administrativo-Financeiros, de Recursos Humanos e mesmo de Inclusão Social são indicadores exigidos pelo MCTI e, à exceção do último, dizem respeito mais diretamente à gestão da unidade.

O PDU 2011-2015 do CBPF possui os seguintes Eixos Estratégicos:

- Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Formação e Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa;
- Promoção da Inovação nas Empresas;
- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estruturantes para o Desenvolvimento; e
- Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.

A seguir, apresenta-se uma consolidação dos resultados do PDU 2011-2015 do CBPF, no exercício de 2014:



Tabela XII – Consolidação dos resultados do PDU 2011-2015 do CBPF em 2014

Área do PDU	Número de Metas	Número de Metas Excluídas	Metas Alteradas ou em suspenso	Metas em Execução ou parcialmente atingidas	Metas não atingidas	Número de Metas Atingidas Sem Problemas
Altas Energias	9	-	-	1	1	7
Matéria Condensada	7	1	-	-	-	6
Física Teórica	4	1	-	-	-	3
Cosmologia e Astrofísica	12	-	-	2	-	10
Física Aplicada e Multidisciplinar	6	1	-	-	-	5
Instrumentação Científica	5	-	-	1	-	4
Nanociência	5	-	-	1	-	4
Tecnologia da Informação	2	-	-	-	-	2
Núcleo de Inovação Tecnológica	3	-	-	1	-	2
Formação de Recursos Humanos	8	1	-	-	-	7
Documentação e Informação Científica	4	1	-	-	-	3
Direção (Objetivos Estratégicos)	3	-	-	-	-	3
Direção (Diretrizes da Ação)	18	5	6	-	-	7
Total	86	10	6	6	1	63

Fonte: PDU CBPF 2011-2015.

De acordo com o MCTI, as metas do PDU podem ser excluídas por falta de governabilidade da instituição sobre as mesmas ou por decisão de suas unidades colegiadas.

2.1.3.2 INFORMAÇÃO

Análise do indicador Índice de publicações - IPUB.

Fato

O indicador Índice de publicações – IPUB possui as seguintes características:

Quadro IX – Características do indicador IPUB

Fórmula	Memória de Cálculo	Peso no TCG



<p>IPUB = NPSCI / TNSE</p> <p>Unidade: Número de publicações por técnico, com duas casas decimais.</p>	<p>NPSCI = N° de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, no ano.</p> <p>TNSE = Σ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.</p>	3
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

Fonte: TCG 2014 – MCTI x CBPF. Obs: Devem ser consideradas somente as publicações e textos efetivamente publicados no período. Resumos expandidos não devem ser incluídos. Os técnicos atuantes no indicador devem ser listados em anexo.

Entende-se que o peso três no TCG aponta para a importância do indicador e sua relação com as principais atividades do CBPF.

Quadro X – Resultados do indicador IPUB em 2013 e 2014

Exercício	Resultados		
	Cálculos		Justificativa
	Previsto	Executado	
2013	NPSCI = 300 TNSE = 76 IPUB = 3,95	NPSCI = 313 TNSE = 65 IPUB = 4,82	Meta cumprida.
2014	NPSCI = 290 TNSE = 70 IPUB = 4,14	NPSCI = 328 TNSE = 70 IPUB = 4,69	Meta cumprida.

Fonte: TCG's 2013 e 2014 – MCTI x CBPF

Na Tabela a seguir detalha-se os componentes do TNSE:

Tabela XIII – Componentes do TNSE

Exercício	Quantitativo TNSE			
	Pesquisadores	Tecnologistas	Bolsistas	Total
2013	51	12	2	65
2014	59	9	2	70

Fonte: TCG's 2013 e 2014 – MCTI x CBPF

Nos relatórios sobre o TCG dos dois exercícios foi apresentada a lista das publicações em periódicos indexados e a lista dos técnicos.

Analisando as informações dos quadros e tabelas acima, constata-se uma variação no número de pesquisadores e tecnologistas envolvidos nos dois exercícios, resultando em um aumento de pessoas envolvidas.

Quando se verifica a série histórica dos valores medidos do IPUB comparativamente com os valores pactuados, temos a Tabela abaixo:

Tabela XIV – Série Histórica do IPUB entre 2010 e 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
IPUB Medido	2,9	3,6	5,2	4,8	4,7
IPUB Pactuado	2,7	2,7	3,0	4,0	4,0

Fonte: TCG's 2013 e 2014 – MCTI x CBPF



Considerando apenas os dados disponíveis, entende-se que, desde 2011, a meta pode ser considerada como subavaliada, diante dos resultados obtidos. Porém, segundo o CBPF, esta variação na produção de resultados em pesquisa deve ser considerada como normal.

Este fato indica que o aumento de produtividade medido está acima do esperado, isto é, os técnicos estão realizando mais publicações por período que o esperado.

Como resultado desta análise, verifica-se o atendimento aos seguintes critérios pelo indicador:

Quadro XI – Avaliação do indicador IPUB quanto à utilidade e mensurabilidade

Indicador	Critérios				
	Completeness / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
IPUB	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende

Assim, entende-se que o indicador IPUB atende a todos os critérios estabelecidos para avaliação. Observamos, porém, que seu objetivo está focado apenas na quantidade de artigos publicados, sem considerar a qualidade dos mesmos.

2.1.3.3 INFORMAÇÃO

Análise do indicador Índice Geral de publicações - IGPUB.

Fato

O indicador Índice Geral de publicações – IGPUB possui as seguintes características:

Quadro XII – Características do indicador IPUB

Fórmula	Memória de Cálculo	Peso no TCG
$IGPUB = NGPB / TNSE$ Unidade: Número de publicações por técnico, com duas casas decimais.	$NGPB = (N^{\circ} \text{ de artigos publicados em periódico com ISSN indexado no SCI ou em outro banco de dados}) + (N^{\circ} \text{ de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional}) + (N^{\circ} \text{ de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional}) + (N^{\circ} \text{ de capítulo de livros}), \text{ no ano.}$ $TNSE = \Sigma \text{ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.}$	2

Fonte: TCG 2014 – MCTI x CBPF. Obs: Considerar somente as publicações e textos efetivamente publicados no período. Resumos expandidos não devem ser incluídos.

Entende-se que o peso dois no TCG aponte para a importância do indicador e sua relação com as principais atividades do CBPF. Entretanto, apesar de ser um indicador mais amplo que o IPUB, comprovado pelo fato de o resultado do NGPB (366) ter sido maior que o do NPSCI (328), em 2014, este possui uma importância relativa menor para o CBPF, já que possui menor peso no TCG. Segundo o CBPF, este fato se justificativa por este item abranger publicações que não estão diretamente ligadas à atividade fim da UJ.



Quadro XIII – Resultados do indicador IPUB

Exercício	Resultados		
	Cálculos		Justificativa
	Previsto	Executado	
2013	NGPB = 320 TNSE = 76 IGPUB = 4,21	NGPB = 342 TNSE = 65 IGPUB = 5,26	Meta cumprida.
2014	NGPB = 310 TNSE = 70 IGPUB = 4,43	NGPB = 366 TNSE = 70 IGPUB = 5,23	Meta cumprida.

Fonte: TCG 2014 – MCTI x CBPF

Os componentes do TNSE são os mesmos já apresentados na Tabela XIII deste Relatório.

Analisando as informações apresentadas constata-se uma variação no número de pesquisadores e tecnólogos envolvidos nos dois exercícios, resultando em um aumento global dos técnicos de nível superior considerados para apuração do indicador. No entanto, este aumento de pessoal não gerou um aumento proporcional no quantitativo do material publicado, o que redundou em uma ligeira queda na produtividade per capita entre 2013 e 2014, de 5,26 para 5,23. O CBPF informou se tratar de uma situação normal, uma vez que é necessário tempo para que o pessoal recém-contratado adquira a experiência necessária para produzir mais.

Quando se verifica a série histórica dos valores medidos do IGPUB, comparativamente com os valores pactuados, temos a tabela abaixo:

Tabela XV – Série Histórica do IGPUB entre 2010 e 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
IGPUB Medido	3,6	4,2	5,9	5,3	5,2
IGPUB Pactuado	2,9	2,9	3,3	4,2	4,5

Fonte: TCG's 2013 e 2014 – MCTI x CBPF

Considerando apenas os dados disponíveis, entende-se que, desde 2011, a meta pode ser considerada como subavaliada, diante dos resultados obtidos.

Este fato indica que o aumento de produtividade medido está acima do esperado, isto é, os técnicos estão realizando mais publicações por período que o esperado.

Como resultado desta análise, verifica-se o atendimento aos seguintes critérios pelo indicador:

Quadro XIV – Avaliação do indicador IGPUB quanto à utilidade e mensurabilidade

Indicador	Critérios				
	Completo / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
IGPUB	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende



Assim, entende-se que o indicador IGPUB atende a todos os critérios estabelecidos para avaliação. Observa-se, porém, que seu objetivo está focado apenas na quantidade de artigos publicados, sem considerar a qualidade dos resultados obtidos com a realização desses artigos.

2.1.3.4 INFORMAÇÃO

Análise do indicador Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional - PPACI.

Fato

O indicador Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional - PPACI possui as seguintes características:

Quadro XV – Características do indicador PPACI

Fórmula	Memória de Cálculo	Peso no TCG
PPACI = NPPACI Unidade: Número, sem casa decimal	NPPACI = N° de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência a país.	2

Fonte: TCG 2014 – MCTI x CBPF. (1) Considerados apenas os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras, ou seja, que estivessem em desenvolvimento efetivo. Como documento institucional/formal entende-se, também, cartas, memos e similares assinados/acolhidos pelos dirigentes da instituição nacional e sua respectiva contra-parte estrangeira. (2) As Instituições parceiras estrangeiras e seus respectivos Programas, Projetos ou Ações deverão ser listadas em anexo, de acordo com a sua classificação (Programa, Projeto, Ação); Deverão ser inseridas nos relatórios também as informações sobre a vigência e resultados apresentados, no ano.

Quadro XVI – Resultados do indicador PPACI

Exercício	Resultados		Justificativa
	Cálculos		
	Previsto	Executado	
2013	NPPACI = 35	NPPACI = 38	Metas cumpridas. Destaque-se o início de novas colaborações internacionais que foram, e estão sendo, trazidas para a instituição pelos pesquisadores, aprovados nos concursos públicos de 2012, que ingressaram no CBPF em 2013.
2014	NPPACI = 38	NPPACI = 41	

Fonte: TCG 2013 e 2014 – MCTI x CBPF

Os Relatórios do TCG de 2013 e de 2014 apresentam a lista dos Projetos de Cooperação Internacional, juntamente com as Instituições Cooperantes, comprovando os resultados apresentados.

Quando se verifica a série histórica dos valores medidos do PPACI, comparativamente com os valores pactuados, temos a tabela abaixo:

Tabela XVI – Série Histórica do indicador PPACI entre 2010 e 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
PPACI Medido	32	34	35	38	41



PPACI Pactuado	28	30	33	35	38
-----------------------	----	----	----	----	----

Fonte: TCG 2013 e 2014 – MCTI x CBPF

A análise da série histórica indica uma quantidade crescente de programas, projetos e ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras a cada ano. Verificou-se também que, embora a meta pactuada venha crescendo, ano a ano, o indicador sempre apresenta um resultado superior a ela.

Como resultado desta análise, preencheu-se o quadro abaixo quanto aos atendimentos dos critérios de um indicador.

Quadro XVII - Avaliação do indicador PPACI quanto à utilidade e mensurabilidade

Indicador	Critérios				
	Completo / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
PPACI	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende

Entende-se que o indicador PPACI atende a todos os critérios estabelecidos para avaliação.

2.1.3.5 INFORMAÇÃO

Análise do indicador Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional - PPACN.

Fato

O indicador Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional - PPACN possui as seguintes características:

Quadro XVIII – Características do indicador PPACN

Fórmula	Memória de Cálculo	Peso no TCG
PPACN = NPPACN Unidade: Número, sem casa decimal.	NPPACN = N° de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano.	3

Fonte: TCG 2014 – MCTI x CBPF. (1) Considerar apenas os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, ou seja, que estejam em desenvolvimento efetivo. Como documento institucional / formal entende-se, também, cartas, memos e similares assinados / acolhidos pelos dirigentes da instituição nacional. (2) As Instituições parceiras brasileiras e seus respectivos Programas, Projetos ou Ações deverão ser listadas em anexo, de acordo com a sua classificação (Programa, Projeto, Ação); Deverão ser inseridas nos relatórios também as informações sobre a vigência e resultados apresentados, no ano.

Comparando os pesos dos indicadores PPACN e PPACI, 3 e 2, respectivamente, conclui-se que, para o CBPF, a atividade de cooperação nacional é mais importante que a internacional. A UJ informou que esta foi uma orientação do MCTI, priorizando o desenvolvimento nacional.

Quadro XIX – Resultados do indicador PPACN



Exercício	Resultados		
	Cálculos		Justificativa
	Previsto	Executado	
2013	NPPACN = 40	NPPACN = 42	Meta cumprida. Destaque-se o início de novas colaborações internacionais que foram, e estão sendo, trazidas para a instituição pelos pesquisadores, aprovados nos concursos públicos de 2012, que ingressaram no CBPF em 2013.
2014	NPPACN = 40	NPPACN = 43	Meta cumprida. Destaque-se o início de novas colaborações internacionais que foram, e estão sendo, trazidas para a instituição pelos pesquisadores que ingressaram no CBPF em 2013.

Fonte: TCG 2013 e 2014 – MCTI x CBPF

Os Relatórios dos TCG de 2013 e de 2014 apresentam a lista dos Projetos de Cooperação Nacional, juntamente com as instituições participantes, comprovando os resultados apresentados.

Quando se verifica a série histórica dos valores medidos do PPACN, comparativamente com os valores pactuados, temos a tabela abaixo:

Tabela XVII – Série Histórica do indicador PPACN entre 2010 e 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
PPACN Medido	38	40	40	42	43
PPACN Pactuado	34	34	36	40	40

Fonte: TCG 2013 e 2014 – MCTI x CBPF

A análise da série histórica indica uma quantidade crescente de programas, projetos e ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais nos últimos três exercícios. Verifica-se também que, embora a meta pactuada venha crescendo, à exceção do exercício de 2013, o indicador sempre apresenta um resultado superior a ela.

Como resultado desta análise, se preencheu o quadro abaixo quanto aos atendimentos dos critérios de um indicador.

Quadro XX - Avaliação do indicador PPACN quanto à utilidade e mensurabilidade

Indicador	Critérios				
	Completo / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
PPACN	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende

Entende-se que o indicador PPACN atende a todos os critérios estabelecidos para avaliação.

2.1.3.6 INFORMAÇÃO

Análise do indicador Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos - PcTD.

Fato



O indicador Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional - PcTD possui as seguintes características:

Quadro XXI – Características do indicador PcTD

Fórmula	Memória de Cálculo	Peso no TCG
$PcTD = NPTD / TNSEt$ Unidade: Número de processos e técnicas por técnico, com duas casas decimais.	NPTD = Nº total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo nº de relatórios finais produzidos. TNSEt = Técnicos de Nível Superior vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na UP/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.	1

Fonte: TCG 2014 CBPF x MCTI. Obs: Os técnicos deverão ser listados, em anexo, com seus respectivos cargos/funções. Exclui-se, neste indicador, o estágio de homologação do processo, protótipo, software ou técnica que, em algumas UPs, se segue à conclusão do trabalho. Tal estágio poderá, eventualmente, constituir-se em indicador específico da UP.

Quadro XXII – Resultados do indicador PcTD

Exercício	Resultados		
	Cálculos		Justificativa
	Previsto	Realizado	
2013	NPTD = 18 TNSEt = 15 PcTD = 1,2	NPTD = 14 TNSEt = 13 PcTD = 1,1	A variação nesse indicador é natural, entretanto, como essa é uma atividade intrinsecamente relacionada à pesquisa tecnológica, ressaltamos a necessidade de ampliar nosso quadro de tecnólogos, para o qual desde 2009 não é realizado concurso.
2014	NPTD = 16 TNSEt = 13 PcTD = 1,2	NPTD = 11 TNSEt = 13 PcTD = 0,85	A variação nesse indicador é natural. Ressalte-se que já há alguns produtos em análise pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NITRio) visando à submissão de pedidos de patente.

Fonte: TCG's 2013 e 2014 CBPF x MCTI

Foi apresentada a lista com o detalhamento dos 11 Processos, Protótipos, Software e Técnicas cujos relatórios finais foram produzidos em 2014, contendo conforme o tipo: o número da patente internacional, o título, os responsáveis envolvidos e a descrição, representando o NPTD. Também foi apresentada a lista dos pesquisadores e tecnólogos do CBPF, representando o TNSEt.

Este indicador está relacionado com a inovação no CBPF, pois mede a quantidade de projetos que podem, eventualmente, se tornar em patentes.

Quando se verifica a série histórica dos valores medidos do PcTD, comparativamente com os valores pactuados, temos a tabela abaixo:

Tabela XVIII – Série Histórica do indicador PcTD entre 2010 e 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
PcTD Medido	1,2	1,1	1,3	1,1	0,85
PcTD Pactuado	1,0	1,0	1,0	1,2	1,2

Fonte: TCG's 2013 e 2014 CBPF x MCTI



Analisando a série histórica do indicador verifica-se o reflexo da redução do quadro de tecnologistas do CBPF, consequência da falta de reposição de recursos humanos na UJ, apesar dos dois últimos concursos públicos para o CBPF, em 2008 e 2012. Verifica-se, ainda, que a meta não foi atingida nos dois últimos exercícios.

Como resultado desta análise, preencheu-se o quadro abaixo quanto ao atendimento dos critérios de um indicador.

Quadro XXIII - Avaliação do indicador PcTD quanto à utilidade e mensurabilidade

Indicador	Critérios				
	Completeness / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
PcTD	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende

Entende-se que o indicador PcTD atende a todos os critérios estabelecidos para avaliação. Observa-se, porém, que seu objetivo está focado apenas na quantidade sem se preocupar com a qualidade dos resultados obtidos com a realização desses processos.

2.1.3.7 INFORMAÇÃO

Análise do indicador Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas-IODT

Fato

O indicador Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas – IODT possui as seguintes características:

Quadro XXIV – Características do indicador IODT

Fórmula	Memória de Cálculo	Peso no TCG
$IODT = \frac{[(NTD * 3) + (NDM * 2) + (NME * 1)]}{TNSEo}$ <p>Unidade: Número</p>	<p>NTD = N° de Teses de Doutorado defendidas (peso 3).</p> <p>NDM = N° de Dissertações de Mestrado defendidas (peso 2).</p> <p>NME = N° de Monografias de Especialização defendidas (peso 1).</p> <p>TNSEo = Técnicos de Nível Superior vinculados a atividades de pesquisas tecnológicas (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na UP/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG.</p> <p>Considerar apenas os pesquisadores habilitados a orientar, ou seja, somente os doutores. Considerar também, a orientação das dissertações e teses por pesquisadores em outras instituições que não a UP/MCTI.</p>	2

Fonte: TCG 2014 CBPF x MCTI

Analisando a fórmula do indicador, entende-se que a adoção de pesos diferentes dependendo do caso (doutorado, mestrado e monografias) seja para valorizar as



atividades mais complexas. Não fica claro, porém, qual é o objetivo do indicador, ou seja, qual a sua utilidade para a Unidade. Sendo assim, entende-se que a completude/utilidade do indicador, isto é, sua capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a UJ pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão, fica prejudicada.

Quadro XXV – Resultados do indicador IODT

Exercício	Resultados		
	Cálculos		Justificativa
	Previsto	Realizado	
2013	$NTD + NDM + NME = 12*3 + 15*2 + 1*0 = 66$ TNSEo = 76 $IODT = 66 / 76 = 0,868 = 0,9$	$NTD + NDM + NME = 12*3 + 12*2 + *0 = 60$ TNSEo = 63 $IODT = 60 / 63 = 0,95 = 1,0$	A meta foi cumprida.
2014	$NTD + NDM + NME = 12*3 + 12*2 + 1*0 = 60$ TNSEo = 70 $IODT = 60 / 70 = 0,857 = 0,9$	$NTD + NDM + NME = 15*3 + 16*2 + *0 = 77$ TNSEo = 68 $IODT = 77 / 68 = 1,1$	A meta foi cumprida.

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

Em ambos os Relatórios dos TCG's de 2013 e de 2014, verifica-se a existência das listas das teses de doutorado e das dissertações de mestrado defendidas no ano, além da lista dos pesquisadores doutores e dos tecnologistas doutores e docentes, elementos que sustentam os resultados obtidos. Em nenhum dos dois exercícios ocorreram monografias de especialização defendidas.

Quando se verifica a série histórica dos valores medidos do ICT, comparativamente com os valores pactuados, temos o quadro abaixo:

Tabela XIX – Série Histórica do indicador IODT entre 2010 e 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
IODT Medido	1,4	1,1	1,2	1,2	1,1
IODT Pactuado	0,9	1,0	1,0	1,2	0,9

Fonte: TCG's 2013 e 2014 CBPF x MCTI

Analisando a série histórica, evidencia-se que, o resultado do indicador tem se mantido estável nos últimos quatro exercícios e considera-se a meta estabelecida como adequada diante dos resultados atingidos. Porém, assim como a utilidade do indicador, não fica claro o que se deseja atingir com esta meta.

Como resultado desta análise, preencheu-se o quadro abaixo quanto aos atendimentos dos critérios de um indicador:

Quadro XXVI - Avaliação do indicador IODT quanto à utilidade e mensurabilidade

Indicador	Critérios				
	Completude / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
IODT	Não Atende	Atende	Atende	Atende	Atende



Entende-se que o indicador IODT atende a todos os critérios de mensurabilidade e utilidade, pois seus componentes podem ser facilmente contabilizados e confirmados. Porém, como já analisado anteriormente, não está clara qual é a utilidade do indicador.

O CBPF observou que este indicador é complementado pelo indicador TPTD – Total de Trabalhos Publicados por Tese Defendida (não analisado neste trabalho), cujo objetivo é acompanhar a qualidade de teses e dissertações concluídas.

Porém, entende-se que a observação do CBPF não invalida a avaliação negativa quanto à Completude/Utilidade do indicador IODT.

2.1.3.8 INFORMAÇÃO

Análise do indicador Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - APD.

Fato

O indicador “Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento – APD possui as seguintes características:

Quadro XXVII – Características do indicador APD

Fórmula	Memória de Cálculo	Peso no TCG
$APD = [1 - (DM / OCC)] * 100$ Unidade: %, sem casa decimal.	$APD = [1 - (\text{Somatório das despesas com manutenção (DM) / Orçamento de Custeio e capital, inclusive das Fontes 150/250 efetivamente empenhados e liquidados no período (OCC)})] * 100$ DM = Σ das Despesas com Manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano. OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100 / 150 efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas.	2

Fonte: TCG 2014 CBPF x MCTI. Obs: Além das despesas administrativas listadas no conceito do indicador APD, incluir outras despesas administrativas de menor vulto e todas aquelas necessárias à manutenção.

Quadro XXVIII – Resultados do indicador APD (conforme TCG)

Exercício	Resultados		Justificativa
	Cálculos		
	Previsto	Executado	
2013	DM = 3.488.559,60 OCC = 11.628.532,00 $APD = [1 - (0,70)] * 100$	DM = 7.931.454,38 OCC = 9.198.984,35 $APD = [1 - (7.931.454,38 / 9.198.984,35)] * 100$	As despesas com a manutenção da infraestrutura institucional e com contratos continuados, especialmente o contrato de terceirização de mão-de-obra,



	APD = 30	APD = [1 - 0,86] *100 APD = 14 %	consomem quase a totalidade do orçamento institucional que não tem acompanhado o aumento verificado nessas despesas.
2014	DM = 10.442.948,00 OCC = 12.285.822,00 APD = [1 - (0,85)]*100 APD = 15%	DM = 7.463.262,68 OCC = 9.075.173,43 APD = [1 - (7.463.262,68 / 9.075.173,43)] * 100 APD = [1 - 0,82] *100 APD = 18 %	As despesas com a manutenção da infraestrutura institucional e com contratos continuados, especialmente o contrato de terceirização de mão-de-obra, consomem quase a totalidade do orçamento institucional que não tem acompanhado o aumento verificado nessas despesas. Seria necessário um aumento da ordem de 25% no orçamento para sanar as necessidades institucionais.

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

Especificamente com relação ao resultado do indicador em 2014, encontrou-se a seguinte informação no Relatório de Gestão 2014 – Página 21 – Quadro A.5.2.1 – Programa Temático:

Tabela XX – Execução das dotações de custeio e capital (OCC)

Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
11.485.064,00 (OCCe)	9.501.939,55	9.501.939,55 (VOE)

Relatório de Gestão 2014 do CBPF

De acordo com as explicações fornecidas pela UJ, os valores corretos são aqueles do Relatório de Gestão 2014 da UJ. Desta forma, o valor correto do indicador IEO em 2014 é o que consta do quadro abaixo.

Quadro XXIX – Resultados do indicador APD ajustado (Relatório de Gestão)

Exercício	Resultados	
	Cálculos	Justificativa
2014 (*)	APD = [1 - (7.463.262,68 / 9.501.939,55)] * 100 = APD = [1 - 0,79] *100 = 21 APD = 21 %	As despesas com a manutenção da infraestrutura institucional e com contratos continuados, especialmente o contrato de terceirização de mão-de-obra, consomem quase a totalidade do orçamento institucional que não tem acompanhado o aumento verificado nessas despesas. Seria necessário um aumento da ordem de 25% no orçamento para sanar as necessidades institucionais.

Fonte: Relatório de Gestão 2014 do CBPF

Ressalte-se que o CBPF já revisou o resultado do Relatório do Termo de Compromisso de Gestão, tendo em vista estes novos valores.

O CBPF vem constantemente destacando nos Relatórios dos TCG que as despesas com manutenção consomem a maior parte do orçamento institucional e que seus orçamentos não têm acompanhado a inflação, especialmente no que tange às despesas com eletricidade, telefonia, água.

Tabela XXI – Composição da DM em 2014



Rubrica	Descrição	Valor (R\$)
3390.3024	Material para manutenção de bens imóveis / instalações	61.875,40
3390.3022	Material de limpeza e produtos de higienização	43.473,43
3390.3025	Material para a manutenção de bens móveis	11.549,04
3390.3618	Manutenção e conservação de equipamentos	5.195,25
3390.3701	Apoio administrativo, técnico e operacional	1.464.204,89
3390.3702	Limpeza e conservação	1.277.868,29
3390.3703	Vigilância ostensiva	835.871,62
3390.3704	Manutenção e conservação de bens imóveis	2.312.295,04
3390.3916	Manutenção e conservação de bens imóveis	13.028,75
3390.3917	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	66.853,78
3390.3919	Manutenção e conservação de veículos	16.996,81
3390.3943	Serviços de energia Elétrica	1.266.466,86
3390.3944	Serviço de água e esgoto	14.199,23
3390.3945	Serviços de gás	16.324,20
3390.3978	Limpeza e conservação	16.131,69
3390.4718	Contratação prev. Serviço de terceiros	13.673,39
3390.3635	Serviço de apoio técnico operacional	27.255,00
Total		7.463.262,68

Fonte: Termo de Compromisso de Gestão 2014 MCTI x CBPF

Importante ressaltar que, em outros exercícios, pode haver gastos em outras rubricas que não constam na tabela acima. Constata-se que os gastos com terceiros, limpeza, vigilância, manutenção de bens imóveis, energia elétrica, água e gás, somam R\$ 7.200.258,88, representando 96,45% dos gastos com manutenção. Além disso, os gastos totais com manutenção, representam 64,98% do orçamento institucional total recebido do CBPF, em 2014.

Quando se verifica a série histórica dos valores medidos do APD, comparativamente com os valores pactuados, temos a tabela abaixo:

Tabela XXII – Série Histórica do indicador APD entre 2010 e 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
APD Medido	31	33	23	14	21
APD Pactuado	40	35	40	30	15

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2012, 2013 e 2014 MCTI x CBPF

Analisando a série histórica acima, verifica-se que, com exceção de 2011, o resultado do indicador apresenta uma flutuação significativa, para menos e para mais, com relação à meta estabelecida, fruto das contingências orçamentárias às quais o CBPF vem sendo submetido. Além disso, verifica-se que a redução da meta pactuada para 2014 foi efetuada com base no resultado atingido em 2013.

Como resultado desta análise, preencheu-se o quadro abaixo quanto aos atendimentos dos critérios de um indicador:

Quadro XXX - Avaliação do indicador APD quanto à utilidade e mensurabilidade

Indicador	Critérios				
	Completo / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
APD	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende



Entendemos que o indicador APD atende aos critérios de comparabilidade, confiabilidade, acessibilidade e economicidade, completando o item mensurabilidade, pois os dados são extraídos do SIAFI e as características e atributos da informação dele retirada serão as mesmas do próprio sistema.

Quanto à completude, entende-se que o indicador não atende, pois seu denominador não inclui os valores empenhados e liquidados referentes aos recursos liberados diretamente pelo MCTI para o CBPF via TED's.

2.1.3.9 INFORMAÇÃO

Análise do indicador Relação entre Receita Própria e OCC - RRP.

Fato

O indicador Relação entre Receita Própria e Orçamento de Custeio e Capital (OCC) – RRP possui as seguintes características:

Quadro XXXI – Características do indicador RRP

Fórmula	Memória de Cálculo	Peso no TCG
$RRP = RPT / OCC * 100$ Unidade: %, sem casa decimal.	$RRP = \text{Receita própria Total (RPT) / Orçamento de Custeio e capital, inclusive das Fontes 150/250 efetivamente empenhados e liquidados no período (OCC)] * 100}$ $RPT = \text{Receita Própria Total incluindo a Receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extra-orçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa).}$ $OCC = \text{A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150 / 250.}$	1

Fonte: TCG 2014 MCTI x CBPF. Obs: Na receita própria total (RPT), devem ser incluídos os recursos diretamente arrecadados (fonte 150), convênios, recursos extra-orçamentários oriundos de fundações, fundos e agências, excluídos os auxílios individuais concedidos diretamente aos pesquisadores pelo CNPq.

Considerando a observação do quadro acima, e ainda a fórmula do indicador e as informações fornecidas pela Secretaria de Finanças do CBPF - SEF, verificou-se que os recursos enviados pelo MCTI ao CBPF, por meio de TED's, apesar de não estarem incluídos na definição do indicador, estão sendo considerados na apuração do mesmo. Sendo assim, entendemos haver duas situações:

- 1) Caso os valores dos TED's devam ser considerados como extra-orçamentários, pois não estão na Lei Orçamentária Anual, é necessário somente alterar a definição da variável RPT no Termo de Compromisso de Gestão, uma vez que eles estão sendo incluídos no cálculo do indicador RRP;
- 2) Caso os valores dos TED's sejam considerados como parte do orçamento, eles deveriam ser incluídos no cálculo do denominador da fórmula uma vez que são repasses do MCTI para complementação orçamentária.



Em qualquer dos dois casos acima, entende-se que a utilidade/completude do indicador RRP fica prejudicada, uma vez que os valores não espelham de fato o que se deseja medir, tendo em vista que os TED's não compõem o orçamento aprovado para a unidade e nem suas receitas próprias, sendo certo que de uma forma ou de outra acabam por distorcer o resultado do indicador. Outro fator que prejudicou a completude do indicador foi o valor dos TED's considerado no TCG 2014, que não espelhou sua totalidade, devido ao prazo de trinta dias para a entrega do TCG. O valor considerado no TCG foi: R\$ 2.173.112,00 e o valor total real foi: R\$ 2.469.662,65, representando um desvio de 12%.

Quadro XXXII – Resultados do indicador RRP conforme TCG

Exercício	Resultados		
	Cálculos		Justificativa
	Previsto	Executado	
2013	RPT = 1.744.279,80 OCC = 11.628.532,00 RRP = 15%	RRP = $\frac{8.081.527,30}{9.198.984,35} * 100$ RRP = 0,88 * 100 RRP = 88 %	A grande variação deveu-se à liberação de recursos pela FINEP de diversos projetos, ação sobre a qual a unidade não tem qualquer ingerência. Destaque-se, também, o montante de recursos obtidos através da submissão de projetos de caráter institucional (não foram considerados os auxílios individuais) à fundação estadual, a FAPERJ.
2014	RPT = 2.457.164,40 OCC = 12.285.822,00 RRP = 20%	RRP = $\frac{6.731.318,67}{9.075.173,43} * 100$ RRP = 0,74 * 100 RRP = 74 %	A grande variação deveu-se à liberação de recursos pela FINEP de diversos projetos, ação sobre a qual a unidade não tem qualquer ingerência. Destaque-se, também, o montante de recursos obtidos através da submissão de projetos de caráter institucional (não foram considerados os auxílios individuais) à fundação estadual, a FAPERJ.

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

Especificamente com relação ao resultado do indicador em 2014, de acordo com as explicações fornecidas pela UJ, os valores corretos são aqueles do Relatório de Gestão 2014 da UJ, pois consideram a totalidade de TED's recebidos pela unidade (conforme o quadro XXXII supra). Desta forma, o valor correto do indicador IEO em 2014 é o que consta do quadro abaixo.

Quadro XXXIII – Resultados do indicador RRP conforme Relatório de Gestão

Exercício	Resultados	
	Cálculos	Justificativa
2014 (*)	RRP = $\frac{6.731.318,67}{9.501.939,55} * 100$ RRP = 0,71 * 100 RRP = 71 %	A grande variação deveu-se à liberação de recursos pela FINEP de diversos projetos, ação sobre a qual a unidade não tem qualquer ingerência. Destaque-se, também, o montante de recursos obtidos através da submissão de projetos de caráter institucional (não foram considerados os auxílios individuais) à fundação estadual, a FAPERJ.

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

Ressalta-se que o CBPF já revisou o resultado do Relatório do Termo de Compromisso de Gestão, tendo em vista estes novos valores.



Tabela XXIII – Receita Própria Total do CBPF em 2014

Origem	Valor (R\$)
Fonte 0150	6.892,00
Valor dos TED's emitidos pela SCUP do MCTI	2.173.112,00
Editais Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ - 2014	1.642.139,67
Projeto FINEP - (Convênio 01.11.00.90.00) - NANOHAPLA	152.175,00
Projeto FINEP - (Convênio 01.13.0317.00) - CBPFLAB	800.000,00
Projeto FINEP - (Convênio 01.13.0307.00) - FIBCBPF	1.957.000,00
Total	6.731.318,67

Fonte: Relatório Anual do Termo de Compromisso de Gestão CBPF x MCTI 2014.

Os valores relativos aos convênios (com a FINEP) são fornecidos pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica – FACC. Verifica-se que nem todos os valores relativos aos convênios são considerados como Receita Própria. Desta forma, entende-se que a confiabilidade e a comparabilidade deste indicador ficam prejudicadas.

Os valores relativos aos editais da FAPERJ são fornecidos pela Diretoria do CBPF.

Quando se verifica a série histórica dos valores medidos do RRP, comparativamente com os valores pactuados, temos a tabela abaixo:

Tabela XXIV – Série Histórica do indicador RRP entre 2010 e 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
RRP Medido	76	54	30	88	71
RRP Pactuado	23	30	30	20	20

Fonte: Relatório Anual do Termo de Compromisso de Gestão CBPF x MCTI 2014.

Considerando a série histórica do indicador ao longo dos últimos cinco anos, com exceção do exercício de 2012, verifica-se que o valor medido sempre foi superior ao pactuado, variando entre quase duas vezes a quase cinco vezes o valor esperado. Com base nesta análise, entende-se que a meta esteja subavaliada neste caso. O CBPF justifica esta observação pela falta de ingerência da UJ quanto a estes recursos.

Baseado nas justificativas apresentadas, conclui-se que existem elementos que compõem a fórmula do indicador, mais especificamente seu numerador – Receita Própria Total, sobre os quais o CBPF não possui ingerência. Além disso, o denominador sofre dos mesmos problemas orçamentário-financeiros já mencionados em outras análises.

A seguir detalhou-se a composição da Receita Própria (numerador da fórmula do indicador) ao longo dos cinco últimos exercícios:

Quadro XXXIV – Composição da Receita Própria entre 2010 e 2014

Discriminação	2010	2011	2012	2013	2014
Fonte 150	X	X	X	X	X
Editais FAPERJ				X	X
SCUP (TED's ou TDC's)	X	X	X	X	X
CAPES		X	X		
Projetos FINEP (*)			X		
Convênio 01.11.00.90.00 - NANOHAPLA		X		X	X
Convênio 01.13.03.17.00 - CBPFLAB					X



Convênio 01.13.03.07.00 - FIBCBPF					X
Convênio 01.13.00.73.00 - DMAT				X	
Convênio 01.10.04.62.00 - RENAF AE		X		X	
Convênio 01.10.04.68.00 - RENAF AE	X				
Convênio 01.09.03.80.00 – Arranjo NIT-Rio	X			X	
Convênio 01.13.00.66.00 - CBPFEXPAV				X	
Convênio 01.10.05.98.00 - MATER		X			
Convênio 01.10.05.81.00 - NOVINS		X			
Convênio 01.09.03.78.00 - CRIO	X				
Convênio 01.07.04.54.00 – NEUTRINOS ANGRA	X				
Convênio 01.06.02.04.00 - LABNANO	X				
Convênio 01.08.06.34.00 – Consolid. LABNANO	X				
Materiais Avançados	X				

Fonte: Relatórios dos TCG's 2010 a 2014. (*) No exercício de 2012, a informação apareceu de forma genérica, isto é, não houve o detalhamento de quais projetos FINEP foram considerados.

Analisando o quadro acima, conclui-se, quanto aos quesitos comparabilidade e confiabilidade, que:

- 1) O valor relativo à CAPES foi incluído somente em 2011 e 2012, não ficando claro o motivo de não terem sido considerados nos demais exercícios;
- 2) Os valores dos Projetos Finep - RENAF AE somente foram computados em 2010, 2011 e 2013. Considerando a importância do assunto, incluído na Ação 20UM - Plano orçamentário 002: Apoio a Redes e Laboratório de Pesquisa em Altas Energias – RENAF AE), entendemos que ele deveria ser considerado em todos os exercícios;
- 3) Considerando a importância do NIT-Rio (Núcleo de Inovação Tecnológica), entendemos que qualquer receita que seja aplicável à inovação, dentro dos Projetos FINEP, deva ser destacada anualmente e considerada dentro da Receita Própria da UJ. Observa-se que isto ocorreu somente nos exercícios de 2010 e 2013;
- 4) Em 2012, não houve detalhamento de quais os projetos FINEP foram considerados no cálculo da Receita Própria do CBPF;
- 5) Os editais da FAPERJ somente foram considerados em 2013 e 2014, não ficando clara a razão de sua ausência nos demais exercícios; e
- 6) Também não ficam claros os parâmetros para a inclusão, ou não, dos demais convênios com a FINEP ao longo dos exercícios.

O CBPF apresentou algumas explicações sobre as conclusões acima, no entanto, não existe um documento formalizado, contendo a definição dos padrões utilizados no levantamento das receitas próprias do CBPF ao longo do tempo.

Além disso, observa-se que em 2014 os valores considerados quanto aos TED's enviados pelo MCTI ao CBPF foram os empenhados, enquanto que no valor do denominador da fórmula do indicador RRP o valor considerado é o efetivamente empenhado e liquidado, isto afeta a confiabilidade do indicador.

Avalia-se que o indicador não esteja atingindo o seu objetivo, isto é, medir o volume de recursos obtidos pela UJ fora de seu orçamento, pois não está incluindo todos os valores envolvidos. Não está claro, porém, qual o resultado desejado, isto é, qual a situação ideal. Quanto maior o resultado do indicador, significa menor controle da UJ sobre as receitas, porém, mais recursos disponíveis. Quanto menor seu resultado, maior controle e menos recursos. O CBPF explicou que o objetivo do MCTI é verificar a capacidade da UJ em



obter recursos extra-orçamentários e não de controlá-los. Porém, isto não está descrito em nenhum documento analisado pela CGU.

Como resultado desta análise, preencheu-se o quadro abaixo quanto aos atendimentos dos critérios de um indicador:

Quadro XXXV - Avaliação do indicador RRP quanto à utilidade e mensurabilidade

Indicador	Critérios				
	Completo- / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilida- de	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicida- de
RRP	Não atende	Não Atende	Não Atende	Não Atende	Atende

Entende-se que o indicador RRP atende apenas ao critério de economicidade, pois os dados são extraídos do SIAFI e não existem muitos gastos envolvidos.

Quanto aos quesitos: comparabilidade, confiabilidade e acessibilidade, entende-se que estes não são atendidos, pois a série histórica fica prejudicada pela ausência de um padrão nos dados que são considerados anualmente como Receita Própria; a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação desses dados não é transparente e reaplicável por outros agentes, internos ou externos à unidade; e a obtenção dos dados e a compreensão dos resultados pelo público em geral não é simples como seria o desejável.

Quanto à completude, entende-se que o indicador não atende, pois inclui variáveis que independem da alçada da UJ (receita e orçamento), impedindo, assim, uma análise dos resultados das intervenções efetuadas na gestão do CBPF, além de possuir a meta subestimada. Este indicador não pode ser efetivamente utilizado em um processo de tomada de decisão gerencial que afete o desempenho da UJ. Acrescente-se que os valores considerados como orçamentários estão incompletos.

2.1.3.10 INFORMAÇÃO

Análise do indicador Índice de Execução Orçamentária - IEO.

Fato

O indicador Índice de Execução Orçamentária – IEO possui as seguintes características:

Quadro XXXVI – Características do indicador IEO

Fórmula	Memória de Cálculo	Peso no TCG
$IEO = (VOE / OCCe) * 100$ Unidade: %, sem casa decimal.	$IEO = [Somatório dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados (VOE) / Limite de empenho autorizado (OCCe)] * 100.$ VOE = Σ dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados. OCCe = Limite de Empenho Autorizado.	2

Fonte: TCG do CBPF



Quadro XXXVII – Resultados do indicador IEO no TCG

Exercício	Resultados		
	Cálculos		Justificativa
	Previsto	Executado	
2013	VOE = 4.651.412,80 OCCE = 11.628.532,00 IEO = 40%	VOE = 9.198.984,35 OCCE = 11.268.532,00 IEO = 0,82 * 100 IEO = 82 %	O contingenciamento do orçamento ocorrido em agosto de 2013 atrasou a execução orçamentária. Com as despesas já empenhadas, atingiremos a totalidade da meta.
2014	VOE = 12.285.822,00 OCCE = 12.285.822,00 IEO = 100%	VOE = 9.075.173,43 OCCE = 11.485.064,00 IEO = 0,79 * 100 IEO = 79 %	O contingenciamento do orçamento atrasou a execução orçamentária. Com as despesas já empenhadas, atingiremos a totalidade da meta.

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

Especificamente com relação ao resultado do indicador em 2014, de acordo com as explicações fornecidas pela UJ, os valores corretos são aqueles do Relatório de Gestão 2014 da UJ. Desta forma, o valor correto do indicador IEO em 2014 é o que consta do quadro abaixo:

Quadro XXXVIII – Resultados do indicador IEO no Relatório de Gestão

Exercício	Resultados	
	Cálculos	Justificativa
2014 (*)	VOE = 9.501.939,55 OCCE = 11.485.064,00 IEO = 0,83 * 100 IEO = 83%	O contingenciamento do orçamento atrasou a execução orçamentária. Com as despesas já empenhadas, atingiremos a totalidade da meta.

Fonte: TCG do CBPF

Ressalte-se que o CBPF já revisou o resultado do Relatório do Termo de Compromisso de Gestão, tendo em vista estes novos valores.

Quando se verifica a série histórica dos valores medidos do IEO, comparativamente com os valores pactuados, temos a tabela abaixo:

Tabela XXV – Série Histórica do indicador IEO entre 2010 e 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
IEO Medido	87%	87%	81%	82%	83%
IEO Pactuado	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: TCG's do CBPF

Ressalte-se que a meta anual do indicador (100%) é estabelecida pelo próprio MCTI com a justificativa de que se a unidade não se dispõe a executar todo o orçamento isso indicaria que a mesma não necessita da íntegra dos recursos a ela atribuídos.

Considerando que o numerador do indicador representa o Somatório dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados em um determinado exercício, conclui-se que para atingir o valor de 100% do valor do limite de empenho autorizado, conforme a meta pactuada no TCG, não deveria haver Restos a Pagar (processados ou não) na UJ. Além disso, a liberação orçamentária e financeira anual de recursos deveria



ser feita de modo planejado e equilibrado ao longo de cada exercício, fato que não acontece, como demonstrado na tabela abaixo.

Tabela XXVI – Fluxo Orçamentário e Financeiro do CBPF em 2014

Mês	Fluxo Orçamentário			Fluxo Financeiro		
	Valor (R\$)	Percentual	Acumulado	Valor (R\$)	Percentual	Acumulado
Janeiro	864.590,00	7,53%	7,53%	500.000,00	4,35%	4,35%
Fevereiro	5.395.311,00	46,98%	54,51%	1.000.000,00	8,71%	13,06%
Março	5.225.143,00	45,49%	100,00%	1.000.000,00	8,71%	21,77%
Abril	-	-	100,00%	1.000.000,00	8,71%	30,48%
Maiο	-	-	100,00%	1.000.000,00	8,71%	39,19%
Junho	-	-	100,00%	1.128.000,00	9,82%	49,01%
Julho	-	-	100,00%	-	-	49,01%
Agosto	-	-	100,00%	679.000,00	5,91%	54,92%
Setembro	-	-	100,00%	1.375.000,00	11,97%	66,89%
Outubro	-	-	100,00%	750.000,00	6,53%	73,42%
Novembro	-	-	100,00%	260.000,00	2,26%	75,68%
Dezembro	-	-	100,00%	1.588.000,00	13,83%	89,51%
Não Liberado	-	-	-	1.205.064,00	10,49%	-
Total	11.485.064,00	100,00%	100,00%	11.485.064,00	100,00%	100,00%

Fonte: Contabilidade CBPF

Com base na tabela acima, verifica-se que a distribuição dos recursos orçamentários ficou concentrada nos três primeiros meses de 2014 e que a distribuição dos recursos financeiros foi irregular durante o exercício: 49,01% do financeiro liberado no 1º semestre, 40,50% do financeiro liberado nos últimos cinco meses, nenhum recurso liberado no mês de julho e 10,49% não liberados no ano, isto é, houve um valor de R\$ 1.205.064,000, para o qual não houve liberação financeira, desta forma, não haveria como o CBPF atingir a meta de 100% exigida pelo indicador, que é medido pelo pagamento efetivo. A UJ não dispôs dos valores financeiros integrais para efetuar seus pagamentos em 2014 e conseguir executar o orçamento de modo integral.

Normalmente, nos últimos exercícios, os recursos, além de contingenciados, estão sendo liberados mais próximo do final do ano, como demonstrado acima, dificultando um planejamento adequado dos gastos da UJ e propiciando dificuldades em sua execução, além da ocorrência e do crescimento dos restos a pagar. Este fato também fica evidenciado com a redução do resultado efetivo do IEO, entre 2010 e 2014, de 87% para 83% - redução de quatro pontos percentuais. Nos últimos três exercícios, porém, constatou-se um aumento anual de 1% na execução do indicador. Apesar disso, é necessário mais tempo de série histórica para verificar se existe realmente um viés de crescimento ou não.

Passa-se a analisar a ocorrência dos Restos a pagar de cada exercício, conforme a tabela abaixo:

Tabela XXVII – Restos a pagar entre 2011 e 2014

Restos a Pagar Não Processados	Orçamento Empenhado	% de orçamento que será executado no próximo exercício
2011 inscritos em 2012	R\$ 893.127,36	R\$ 11.514.882,77
		7,76%



2012 inscritos em 2013	R\$ 643.204,66	R\$ 11.930.151,76	5,39%
2013 inscritos em 2014	R\$ 1.806.515,74	R\$ 6.697.633,21	26,97%
2014 inscritos em 2015	R\$ 1.983.124,45	R\$ 11.485.064,00	17,27%

Fonte: Relatórios de Gestão 2011 a 2014 do CBPF.

Verifica-se que, sem considerar os restos a pagar de outros exercícios e exceto pelo exercício de 2013, o valor dos restos a pagar inscritos anualmente vem crescendo. Observa-se, como resultado de outras análises, que nem todos os valores empenhados e que ficaram como restos a pagar são efetivamente executados no exercício seguinte, alguns valores acabam sendo cancelados.

Um outro fato que deve ser mencionado, quanto à execução orçamentário-financeira do CBPF, refere-se à existência de recursos financeiros disponibilizados diretamente do MCTI para a UJ, por meio do envio de TED's, objetivando atender a demandas específicas de sua área finalística tais como: inovação, compra de material de consumo e compra e conserto de equipamentos, terminando por se constituir na execução de uma espécie de "orçamento complementar" que não é incluído na medição do indicador IEO.

Desta forma, entende-se que as metas estabelecidas para o indicador estão superestimadas uma vez que seu atingimento é praticamente inexecutável. Além disso, o valor apresentado não reflete os problemas de liberação orçamentária e financeira que, anualmente, o CBPF vem enfrentando, e o resultado medido não inclui a execução de orçamentos de exercícios anteriores, realizado por meio dos restos a pagar, e os TED's enviados diretamente do MCTI para o CBPF.

Como resultado desta análise, preencheu-se o quadro abaixo quanto aos atendimentos dos critérios de um indicador:

Quadro XXXIX - Avaliação do indicador IEO quanto à utilidade e mensurabilidade

Indicador	Critérios				
	Completeness / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
IEO	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende

Avaliou-se que o indicador IEO atende aos critérios de comparabilidade, confiabilidade, acessibilidade e economicidade, completando o item mensurabilidade, pois os dados são extraídos do SIAFI e as características e atributos da informação dele retirada serão as mesmas do próprio sistema.

Quanto à completude, entendeu-se que o indicador não atende, pois não mede a execução orçamentária real, inclui variáveis que independem da gestão da UJ (liberação orçamentária) e possuem a meta superestimada.

Além disso, considera-se que seria mais justo medir o que o CBPF efetivamente conseguiu realizar com relação ao valor total financeiro efetivamente liberado e não quanto ao total de orçamento autorizado. Ao medir desta forma, ou seja, por meio da fórmula "Indicador = (Somatório dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados (VOE) / Valor financeiro total efetivamente liberado) * 100", o resultado em 2014 seria: Execução dos recursos efetivamente disponibilizados (ou algo do tipo) = (9.501.939,55 / 10.280.000,00) * 100 = 92,43%.



2.1.3.11 INFORMAÇÃO

Análise do indicador Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento - ICT.

Fato

O indicador Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento – ICT possui as seguintes características:

Quadro XL – Características do indicador ICT

Fórmula	Memória de Cálculo	Peso no TCG
$ICT = ACT / OCC * 100$ Unidade: %, sem casa decimal.	ICT = Recursos financeiros aplicados (ACT) / Orçamento de Custeio e capital, inclusive das Fontes 150/250 efetivamente empenhados e liquidados no período (OCC)] * 100 ACT = Recursos financeiros Aplicados em Capacitação e Treinamento no ano. OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100 / 150.	2

Fonte: Termo de Compromisso de Gestão 2014. Obs: Incluir despesas com passagens e diárias em viagens cujo objetivo seja participar de cursos, congressos, simpósios e workshops, além de taxas de inscrição e despesas com instrutores (desde que pagos para ministrarem cursos e treinamento para servidores da UP), excluídos, evidentemente, dispêndios com cursos de pós-graduação oferecidos pela entidade.

Avaliou-se que a medida desse indicador sem casa decimal prejudica a realização qualquer análise efetiva.

Quadro XLI – Resultados do indicador ICT no TCG

Exercício	Resultados		Justificativa
	Cálculos		
	Previsto	Realizado	
2013	ACT = 116.285,32 OCC = 11.628.532,00 ICT = 1%	ACT = 107.147,25 OCC = 9.198.984,35 ICT = 0,012 *100 ICT= 1,2 %	Meta cumprida.
2014	ACT = 122.858,22 OCC = 12.285.822,00 ICT = 1%	ACT = 49.823,96 OCC = 9.075.173,43 ICT = 0,0055 *100 ICT= 0,549% = 0,55%	A restrição à concessão de diárias e passagens afetou o cumprimento deste indicador.

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

Especificamente com relação ao resultado do indicador em 2014, de acordo com as explicações fornecidas pela UJ, os valores corretos são aqueles do Relatório de Gestão 2014 da UJ. Desta forma, o valor correto do indicador IEO em 2014 é o que consta do quadro abaixo.

Quadro XLII – Resultados do indicador ICT no Relatório de Gestão

Exercício	Resultados	
	Cálculos	Justificativa



2014 (*)	ICT = 49.823,96/ 9.501.939,55*100 ICT = 0,00524 *100 ICT= 0,52 %	A restrição à concessão de diárias e passagens afetou o cumprimento deste indicador.
----------	------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Relatório de Gestão 2014 do CBPF

Ressalta-se que o CBPF já revisou o resultado do Relatório do Termo de Compromisso de Gestão, tendo em vista estes novos valores.

Verificou-se que nos dois relatórios de avaliação do TCG, 2013 e 2014, existe um quadro contendo a seguinte informação:

Tabela XXVIII – Especificação dos componentes do indicador ICT em 2013 e 2014

Especificação	2013 (R\$)	2014 (R\$)
Recursos Financeiros Aplicados	107.147,25	49.823,96
Orçamento de Custeio e Capital	9.198.984,35	(*) 9.501.939,55

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014. (*) Valor já corrigido.

Quanto à composição mais detalhada dos componentes da fórmula do indicador, apresentam-se as duas tabelas abaixo, que não se encontram nos Relatórios dos TCG de 2013 e de 2014:

Tabela XXIX – Detalhamento dos orçamentos de custeio em 2014

Detalhamento dos orçamentos de custeio e capital em 2014	
Orçamento de Custeio	8.606.428,82
Orçamento de Capital	895.540,73
Total	9.501.969,55

Fonte: SIAFI 2014.

Tabela XXX – Detalhamento dos recursos financeiros aplicados em 2014

Detalhamento dos recursos financeiros aplicados em 2014	
Diárias e Passagens	7.651,79
Seleção e Treinamento	34.089,95
Restituições: Taxa de Inscrição	8.082,22
Total	49.823,96

Fonte: SIAFI 2014.

Analisando as informações acima, verificou-se que os gastos de diárias e passagens, além do orçamento em geral podem ser contingenciados, fugindo assim ao controle do CBPF.

Além disso, de acordo com outros levantamentos realizados, os valores dos TED's enviados diretamente ao CBPF pelo MCTI, cujo montante, em 2014, foi de R\$ 2.469.662,65, e que, indiretamente, também se constituem em recursos à disposição do CBPF, não estão contabilizados nos orçamento de custeio e de capital. Sendo assim, entende-se que a completude (capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a UJ pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão) do indicador está prejudicada.

Quando se verifica a série histórica dos valores medidos do ICT comparativamente com os valores pactuados temos a tabela abaixo.

Tabela XXXI – Série Histórica do indicador ICT entre 2010 e 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
-----	------	------	------	------	------



ICT Medido	2,0	0,6	0,82	1,2	0,52
ICT Pactuado	1,2	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

Analisando a série histórica, verifica-se que o comportamento do indicador é excêntrico com relação à meta estabelecida, variando para cima e para baixo, em uma faixa de 67% acima da meta até 48% abaixo dela. Entendeu-se que a flutuação dos valores medidos do indicador deve-se às variáveis que fogem ao controle do CBPF. Diante disso, avaliou-se que o peso desse indicador no TCG deveria ser reduzido para um, ao invés de dois.

Além disso, se fossem incluídos na fórmula os valores dos TED's, efetivamente empenhados e pagos pelo CBPF (R\$ 1.282.837,37), enviados pelo MCTI, o resultado do indicador seria ainda menor, isto é, 0,46%, resultado da divisão dos seguintes valores: R\$ 49.823,96 / R\$ 10.784.806,92 (R\$ 9.501.969,55 + R\$ 1.282.837,37).

Como resultado desta análise, preenchemos o quadro abaixo quanto aos atendimentos dos critérios de um indicador:

Quadro XLIII - Avaliação do indicador ICT quanto à utilidade e mensurabilidade

Indicador	Critérios				
	Completeness / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
ICT	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende

Entendeu-se que o indicador ICT atende aos critérios de comparabilidade, confiabilidade, acessibilidade e economicidade, completando o item mensurabilidade, pois os dados são extraídos do SIAFI e as características e atributos da informação dele retirada serão as mesmas do próprio sistema.

Quanto à completude, avaliou-se que o indicador não atende, pois não considera a execução orçamentária real e inclui variáveis que independem da gestão da UJ (liberação orçamentária).

2.1.3.12 INFORMAÇÃO

Análise do indicador Participação Relativa de Bolsistas- PRB.

Fato

O indicador Participação Relativa de Bolsistas – PRB possui as seguintes características:

Quadro XLIV – Características do indicador PRB

Fórmula	Memória de Cálculo	Peso no TCG
$PRB = [NTB / (NTB + NTS)] * 100$ <p>Unidade: %, sem casa decimal.</p>	<p>NTB = Σ dos bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano.</p> <p>NTS = N° total de servidores em todas as carreiras, no ano.</p>	-

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014



Quadro XLV – Resultados do indicador PRB

Exercício	Resultados		
	Cálculos		Justificativa
	Previsto	Realizado	
2013	NTB = 40 NTS = 140 PRB = $[40/(140+40)]*100=22$	NTB = 57 NTS = 141 PRB = $[57/(141+57)]*100= 29$	Meta cumprida.
2014	NTB = 50 NTS = 135 PRB = $[50/(135+50)]*100= 27$	NTB = 66 NTS = 137 PRB = $[66/(137+66)]*100= 33$	Meta cumprida.

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

Ao analisar o quadro acima, percebeu-se que, entre 2013 e 2014, houve tanto um aumento no quantitativo de bolsistas (numerador) quanto uma redução no total de servidores (denominador). Sendo assim, ambas as variáveis contribuíram para o crescimento do percentual e, conseqüentemente, do resultado do indicador em 2014.

Em ambos os Relatórios dos TCG, verificou-se a existência das listas de bolsistas e de servidores que sustentam os resultados obtidos. Quando se verifica que a lista de servidores inclui aqueles que exercem funções administrativas (área meio), não fica claro o que se quer medir. Entende-se que seria melhor comparar o quantitativo de bolsistas com o quantitativo de servidores do CBPF voltados para a área fim (Técnicos e Tecnologistas) ou até, se possível, comparar a produtividade entre eles, uma vez que todos os bolsistas atuam na área finalística.

Quando se verifica a série histórica dos valores medidos do PRB, comparativamente com os valores pactuados, temos a tabela abaixo:

Tabela XXXII – Série Histórica do indicador PRB entre 2010 e 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
PRB Medido	18	23	26	29	33
PRB Pactuado	18	18	24	27	27

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

Analisando a série histórica, evidencia-se que o percentual de bolsistas sobre o total de servidores vem crescendo a cada exercício e que, com exceção do exercício de 2010, o resultado obtido é sempre superior ao estimado. Não fica claro qual o percentual ideal, isto é, se a instituição deseja um aumento ou uma redução no percentual de bolsistas em relação ao total de servidores. O CBPF explicou que o objetivo do MCTI é verificar o quadro flutuante, porém, isto não está descrito na documentação analisada.

Como resultado desta análise, preencheu-se o quadro abaixo quanto aos atendimentos dos critérios de um indicador:

Quadro XLVI - Avaliação do indicador PRB quanto à utilidade e mensurabilidade

	Critérios
--	-----------



Indicador	Completeness / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
PRB	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende

Entendeu-se que o indicador PRB atende aos critérios de comparabilidade, confiabilidade, acessibilidade e economicidade, completando o item mensurabilidade, pois podem ser facilmente contabilizados e confirmados.

Quanto à completude, avaliou-se que o indicador não atende, pelo simples fato de possuir peso zero no TCG, isto é, não está sendo considerado. Considerando as documentações analisadas, não fica claro o motivo deste indicador não estar sendo considerado no TCG. O CBPF justificou o fato pela falta de governabilidade da UJ sobre o assunto.

2.1.3.13 INFORMAÇÃO

Análise do indicador Participação Relativa de Pessoal Terceirizado - PRPT.

Fato

O indicador Participação Relativa de Pessoal Terceirizado – PRPT possui as seguintes características:

Quadro XLVI – Características do indicador PRPT

Fórmula	Memória de Cálculo	Peso no TCG
$PRPT = \left[\frac{NPT}{NPT + NTS} \right] * 100$ <p>Unidade: %, sem casa decimal.</p>	<p>PRPT = Somatório de pessoal terceirizado existente no CBPF (NPT) / Número total de servidores em todas as carreiras (NTS) + Número de Terceirizados (NTP) * 100</p> <p>NPT = Σ do pessoal terceirizado, no ano.</p> <p>NTS = N° total de servidores em todas as carreiras, no ano.</p>	-

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

Quadro XLVII – Resultados do indicador PRPT

Exercício	Resultados		
	Cálculos		Justificativa
	Previsto	Realizado	
2013	<p>NPT = 93 NTS = 140</p> $\left[\frac{93}{140+93} \right] * 100 = 40$	<p>NPT = 106 NTS = 141</p> $\left[\frac{106}{141+106} \right] * 100 = 43$	<p>A participação de pessoal terceirizado atingiu 43%. Em 2012 foi realizado concurso com 12 vagas para o cargo de pesquisador, 05 para técnico e 2 para a área de gestão (para a qual foi aprovada apenas uma candidata). Esses novos servidores foram incorporados aos quadros da instituição em 2013. Entretanto, a situação ainda é bastante grave, considerando-se o número de servidores do CBPF que já podem se aposentar, principalmente na carreira de gestão, para a qual as vagas concedidas são insuficientes.</p>



2014	NPT = 106 NTS = 135 [106/(135+106)]*100 = 44	NPT = 107 NTS = 137 [107/(137+107)]*100 = 44	A participação de pessoal terceirizado atingiu 44%. Em 2012 foi realizado concurso com 12 vagas para o cargo de pesquisador, 05 para técnico e 2 para a área de gestão (para a qual foi aprovada apenas uma candidata). Esses novos servidores foram incorporados aos quadros da instituição em 2013. Entretanto, a situação ainda é bastante grave, considerando-se o número de servidores do CBPF que já podem se aposentar, principalmente na carreira de gestão, para a qual as vagas concedidas são insuficientes. Além disso, a concessão de vagas para ingresso de novos servidores, especialmente na área técnica especializada e gestão, permitiria rever o contrato de serviços terceirizados que consome grande parte de nosso orçamento.
------	--------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

Em ambos os Relatórios dos TCG, verifica-se a existência do quantitativo de terceirizados e da lista de servidores que sustentam os resultados obtidos. Quando se verifica que a lista de servidores inclui aqueles que exercem funções voltadas para a área fim (Técnicos e Tecnologistas), não fica claro o que se quer medir. Entende-se que seria melhor comparar o quantitativo de terceirizados (Prestação de Serviços de Vigilância Desarmada, Apoio Operacional, Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação) com o quantitativo de servidores que exercem funções administrativas (área meio) ou até, se possível, comparar a produtividade/custo entre eles, caso existam atividades passíveis de comparação.

Quando se verifica a série histórica dos valores medidos do PRPT, comparativamente com os valores pactuados, temos a tabela abaixo:

Tabela XXXIII – Série Histórica do indicador PRPT entre 2010 e 2014:

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
PRPT Medido	40	41	45	43	44
PRPT Pactuado	40	40	41	39	44

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

Analisando a série histórica, evidencia-se que, nos últimos três exercícios, o percentual de terceirizados sobre o total de servidores vem se mantendo estável (entre 43 e 45%). Porém, como a tendência continua sendo a redução do total de servidores do CBPF pela falta de concurso público, caso o quantitativo de terceirizados seja mantido no valor atual (mínimo necessário), o valor do indicador tenderá a crescer. Não está claro qual o percentual ideal de terceirizados aceitável na administração pública.

Como resultado desta análise, preencheu-se o quadro abaixo quanto aos atendimentos dos critérios de um indicador:

Quadro XLVIII - Avaliação do indicador PRPT quanto à utilidade e mensurabilidade

Indicador	Critérios				
	Completeness / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
PRPT	Não atende	Atende	Atende	Atende	Atende



Entende-se que o indicador PRPT atende aos critérios de comparabilidade, confiabilidade, acessibilidade e economicidade, completando o item mensurabilidade, pois podem ser facilmente contabilizados e confirmados.

Quanto à completude, avalia-se que o indicador não atende, pelo simples fato de possuir peso zero no TCG, isto é, não está sendo considerado. Ele não serve como medida de avaliação da UJ, pois pode penalizá-la por fatos sobre os quais ela não tem poder decisório (vagas em concurso público). Por outro lado, entende-se que o resultado medido é importante para explicitar a falta de reposição de servidores em todas as áreas do CBPF.

2.1.3.14 INFORMAÇÃO

Análise do indicador - Inclusão Social - PPDS.

Fato

O indicador Inclusão Social - PPDS possui as seguintes características:

Quadro XLIX – Características do indicador PPDS

Fórmula	Memória de Cálculo	Peso no TCG
PPDS = NPIS Unidade: Número de projetos	PPDS = Programas e Projetos Diretos para a Sociedade. PSDS - Programas e Projetos Diretos para a Sociedade NPIS = N° de Programas e Projetos desenvolvidos pela Instituição na área de Inclusão Social.	2

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

A seguir listam-se os oito Programas e Projetos Diretos para a Sociedade que compõem o indicador PPDS:

- Programa de Vocação e Iniciação Científicas;
- Publicação e distribuição dos folhetos e livros de divulgação científica;
- Participação de pesquisadores no Programa SBPC vai à Escola;
- Rede- Comep acesso à Internet para comunidades carentes – Batalhão de polícia Militar da Comunidade da Maré;
- Programa de Estágios para Nível Médio e Superior;
- Laboratório Didático - Programa "Físico por Uma Tarde";
- Projeto de Extensão do Grupo de Pesquisa Física e Humanidades, realizado em parceria com o Colégio Cenecista Monsenhor Antônio de Souza Gens (Rio Bonito, RJ).

A estruturação do projeto é em cima de um ciclo de palestras mensais envolvendo alunos do Ensino Médio e do segundo segmento do Ensino Fundamental, visando mostrar o universo da pesquisa científica no Brasil e fornecer uma orientação vocacional aos jovens. São escolhidos temas de fronteira nas diferentes áreas do conhecimento e são convidados professores universitários e pesquisadores para apresentar as palestras; e

- Fábrica Verde - iniciativa para doação de equipamentos de informática para reciclagem e uso em comunidades.

Quando se verifica a série histórica dos valores medidos do PPDS, comparativamente com os valores pactuados, temos a tabela abaixo:



Tabela XXXIV – Série Histórica do indicador PPDS entre 2010 e 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
PPDS Medido	7	7	8	8	8
PPDS Pactuado	6	6	7	8	8

Fonte: Termos de Compromisso de Gestão 2013 e 2014

Como resultado desta análise, preencheu-se o quadro abaixo quanto aos atendimentos dos critérios de um indicador:

Quadro L - Avaliação do indicador PPDS quanto à utilidade e mensurabilidade

Indicador	Critérios				
	Completo- / Utilidade	Mensurabilidade			
		Comparabilida- de	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicida- de
PPDS	Atende	Atende	Atende	Atende	Atende

Verificou-se que o indicador PPDS atende a todos os critérios estabelecidos para avaliação. Observa-se, porém, que seu objetivo está focado apenas na quantidade sem se preocupar com a qualidade dos resultados obtidos com a realização desses eventos.

2.1.3.15 CONSTATAÇÃO

Problemas encontrados nas análises realizadas nos indicadores do TCG MCTI x CBPF.

Fato

Após análise de 13 dos 18 indicadores presentes no Termo de Compromisso de Gestão - TCG assinado anualmente entre o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, representando 72,22% do total, verificou-se a existência dos seguintes problemas:

- 1) Ausência da descrição do objetivo dos indicadores do TCG de modo que qualquer leitor possa entender o que se deseja medir e qual o resultado almejado. Esta informação tornaria clara a utilidade e completude do indicador (Exemplos: IODT, PRB, ICT, etc). Observa-se que somente o indicador TPTD (não analisado) possui a descrição de seu objetivo;
- 2) Incompletude de alguns indicadores, isto é, existência de alguns indicadores cujos valores auferidos poderiam estar mais próximos da situação que a UJ pretende medir do que os valores informados. Citam-se os indicadores ICT e IEO que não consideram os valores enviados diretamente pelo MCTI ao CBPF, falhando em considerar todos os recursos orçamentários à disposição da UJ. Além disso, não consideram os Restos a pagar não processados, isto é, os valores do orçamento do exercício anterior executados no ano corrente e o orçamento deste que será executado somente no exercício posterior;
- 3) Presença de indicadores com peso zero no TCG: PRB e PRPT, levantando dúvidas quanto a sua real utilidade;
- 4) Definição incompleta ou desatualizada dos componentes da fórmula do indicador “Relação entre Receita Própria e OCC – RRP”. Além disso, constata-se a falta de



- definição do padrão adotado no levantamento da Receita Própria prejudicando a avaliação de sua comparabilidade, confiabilidade e acessibilidade;
- 5) A ausência de necessidade do indicador 9 – ETCO: Eventos Técnico-Científicos Organizados que, embora integre as atividades da unidade, já está contemplado em diversas metas do PDU do CBPF;
 - 6) Diferença entre a precisão dos indicadores estabelecida no TCG e aquela que está sendo efetivamente utilizada. Citam-se os casos dos seguintes indicadores: IPUB, IGPUB e ICT;
 - 7) Cômputo de valores incompletos nas fórmulas dos indicadores devido ao prazo de trinta dias para entrega do resultado do TCG, principalmente no encerramento do exercício;
 - 8) No caso específico do indicador IODT: não fica claro qual é o objetivo do indicador, qual sua efetiva serventia, qual a situação que a UJ pretende medir e o que exatamente ele está medindo (produtividade, efetividade, eficácia, etc);
 - 9) Existência de duas variáveis com definições diferentes que compõem as fórmulas dos indicadores e que, no entanto possuem o mesmo significado e, conseqüentemente, possuem o mesmo valor a cada exercício, já que ambas incluem os valores Empenhados e Liquidados:
 - VOE - Σ dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados;
 - e
 - OCC - A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100 / 150, efetivamente empenhadas e liquidadas no período, não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas.

Considerando, além dos itens acima, a correlação dos indicadores do TCG e do PDU vigente no CBPF, entende-se que a elaboração, no exercício 2015, do novo Plano Diretor do CBPF, para o período 2016-2019, potencialmente trará modificações que devem ser incorporadas ao TCG, de modo a refletir as atividades da UJ no período.

Ressalte-se, entretanto, que qualquer alteração proposta somente pode ser implementada após a concordância do MCTI.

Causa

Ausência de revisão periódica do Termo de Compromisso de Gestão.

Manifestação da Unidade Examinada

As manifestações apresentadas pela UJ, informalmente na reunião de busca de soluções, foram incorporadas no texto do relatório. Além destas, não ocorreram outras manifestações por parte do CBPF.

Análise do Controle Interno

Não se aplica.



Recomendações:

Recomendação 1: Que o CBPF avalie junto ao MCTI a revisão dos indicadores do TCG considerando a possível inclusão, alteração, exclusão ou modificação dos indicadores nele contemplados existentes no TCG. Além disso, considerar a revisão dos pesos dos indicadores no TCG, refletindo o real nível de gerenciamento do CBPF sobre eles. Considerar também a inclusão do objetivo de cada indicador e qual a sua função (efetividade, eficiência, eficácia, produtividade, etc).

Recomendação 2: Que o CBPF estabeleça junto ao MCTI uma periodicidade de revisão do TCG considerando, principalmente, a elaboração de cada novo Plano Diretor da UJ.

2.2 Programação dos Objetivos e Metas

2.2.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO

2.2.1.1 INFORMAÇÃO

Apresentação das Informações básicas das principais ações sob responsabilidade da UJ.

Fato

Trata-se das informações básicas das ações executadas pelo CBPF. No levantamento dessas informações foram consideradas todas as três ações executadas pela UJ, com extensão correspondendo a 100% do total das despesas executadas pela UJ, conforme informado abaixo:

Quadro LI – Informação dos programas e ações

Programa - descrição	Finalidade	Forma de Implementação / detalhamento	Representatividade do orçamento autorizado para a UJ	Ação (projeto / atividade / Op. Especiais) - descrição
Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.	Promoção de pesquisa em Física Teórica e Experimental, e de suas aplicações, com atuação nas áreas de Cosmologia, Astrofísica, Sistemas Complexos e Mecânica Estatística, Teoria de Campos, Física Matemática, Instrumentação Científica, Física de Altas Energias, Física da Matéria Condensada, Biofísica, Nanotecnologia e Ciência dos Materiais; formação de mestres e doutores; aquisição e manutenção de equipamentos para medidas de propriedades físicas; manutenção e atualização da rede de	Direta	33,58%	Ação 20UM – Plano Orçamentário 0001 - Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
		Direta	8,27%	Ação 20UM – Plano Orçamentário 0002 – Apoio a Redes de Laboratórios de Pesquisa em Altas Energias - RENAFAE



	computadores e softwares especializados; manutenção e atualização do acervo de periódicos especializados; publicações em periódicos, revistas nacionais e internacionais e participação em congressos.			
Programa de Governo – 2109 – prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas temáticos.	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	Direta	58,15%	Ação 2000 – Administração da Unidade

Fonte LOA 2014.

Observa-se que a representatividade de cada ação de Governo executada pela UJ em relação aos Programas de Governo a que elas estão vinculadas (% das Despesas Executadas dos Programas) foi calculada dividindo-se o resultado da soma do valor das colunas "Despesas Liquidadas" e "por Inscrição em Restos a Pagar Não-Processados" da ação em análise pela soma das "Despesas Liquidadas" e "por Inscrição em Restos a Pagar Não-Processados" de todas as ações vinculadas aos Programas de Governo executados pela UJ.

3 GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS

3.1 CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS

3.1.1 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

3.1.1.1 INFORMAÇÃO

Verificação das medidas adotadas pela UJ para a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.

Fato

Emitiu-se a SA201503486/001, contendo os casos nos quais a Medida Provisória n.º 540/2011 estabeleceu que, em substituição às contribuições destinadas à seguridade social a cargo das empresas beneficiadas, de 20% sobre a remuneração dos segurados (art. 22, incisos I e III, da Lei 8.212/1991), as contribuições incidirão em alíquotas que variam entre 1% a 2,5% sobre o valor da receita bruta destas empresas.

Após análise do questionamento efetuado pela CGU e da legislação envolvida, o CBPF concluiu que, considerando as contratações feitas pela UJ, não existem situações que sejam passíveis de revisão em virtude da desoneração da folha. Desta forma, não há



nenhuma providência esperada da empresa no que se refere à desoneração da folha de pagamento.

Reproduz-se, a seguir, a resposta do responsável pela Coordenação de Administração do CBPF, em resposta à SA n.º 201503486/001:

“Em atenção a sua SA.201503486/001 de 22/04/2015, tenho a informar o CBPF não tem nenhum contrato de prestação de serviço (terceirização), que se encaixe nas diretrizes desse Decreto.”

Entendeu-se adequado o posicionamento da UJ sobre o assunto.



Certificado de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

IOI)-

Certificado: 201503486

Unidade(s) Auditada(s): CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

Ministério Supervisor: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Município (UF): Rio de Janeiro (RJ)

Exercício: 2014

1. Foram examinados os atos de gestão praticados entre 01/01/2014 e 31/12/2014 pelos responsáveis das áreas auditadas, especialmente aqueles listados no artigo 10 da Instrução Normativa TCU na 63/2010.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho informado no Relatório de Auditoria Anual de Contas, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle, realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a -gestão da unidade auditada.

3. Foram registradas as seguintes constatações relevantes para as quais, considerando as análises realizadas, não foi identificado nexos de causalidade com atos de gestão de agentes do Rol de Responsáveis:

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - (OS nº 201503486)

- Riscos de continuidade na área contábil do CBPF quanto à geração de informações para o TCG e seu respectivo relatório (item 1.1.2.1)

- Problemas encontrados nas análises realizadas nos indicadores do TCG MCTI x CBPF (item 2.1.3.15)

4. Nestes casos, conforme consta no Relatório de Auditoria, foram recomendadas medidas saneadoras.

5. Diante do exposto, proponho que o encaminhamento das contas dos integrantes do Rol de Responsáveis seja pela regularidade.



Rio de Janeiro (RJ), 09 de julho de 2015.

Chefe da Controladoria Geral da União no Estado do Rio de Janeiro



Parecer de Dirigente do Controle Interno



Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – Secretaria Federal de Controle Interno

Parecer: 201503486

Unidade Auditada: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

Ministério Supervisor: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Município (UF): Rio de Janeiro (RJ)

Exercício: 2014

Autoridade Supervisora: José Aldo Rebelo Figueiredo

1. Tendo em vista os aspectos observados na prestação de contas anual do exercício de 2014, do CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF, expresso a seguinte opinião acerca dos atos de gestão com base nos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

2. Os trabalhos de auditoria realizados pela CGU destacaram, a partir do escopo de duas ações sob a responsabilidade do CBPF, a divergência entre a meta física estabelecida no PPA e as atividades das ações, de modo que foi ressaltado que não há como estabelecer um percentual de atingimento das metas físicas das duas ações executadas pelo CBPF. Destacou ainda que o contingenciamento orçamentário e a demora na liberação de recursos financeiros foram os principais responsáveis pelo baixo índice de execução financeira da ação 20UM. Em relação à ação 2000, a equipe de auditoria registrou que as despesas com manutenção da infraestrutura institucional e com os contratos continuados consomem quase a totalidade do orçamento institucional do CBPF. A equipe de auditoria consignou opinião de que o contingenciamento orçamentário e experimentado pela Unidade aliado às deficiências no fluxo orçamentário-financeiro vem prejudicando o atingimento de seus objetivos institucionais.

3. Além dessa análise a respeito dos resultados qualitativos e quantitativos da gestão, foram consignados riscos de continuidade na área contábil da Unidade no que se refere à geração de informações para o Termo de Compromisso de Gestão – TCG; e improbidades relacionadas aos indicadores do TCG firmado entre a Unidade e o MCTI.

4. Para essas constatações foram identificadas como causas a ausência de documentação e de recursos humanos necessários ao desenvolvimento das atividades do CBPF e a falta de revisão periódica do TCG. Para sanar tais impropriedades as recomendações da CGU propõem, em forma resumida, a elaboração de manual descrevendo como deve se dar o levantamento e processamento de informações para o cálculo dos indicadores da Unidade, o registro em memória de cálculo da forma como os valores dos indicadores foram apurados, a revisão dos indicadores do TCG junto ao MCTI e o estabelecimento, junto ao Ministério, de periodicidade para revisão dos indicadores.

5. Quanto ao atendimento das recomendações da CGU, acompanhadas por meio do respectivo Plano de Providências Permanente (PPP), a equipe de auditoria destacou que de quinze recomendações anteriormente emitidas pela Controladoria duas permaneceram pendentes de atendimento. Porém, destacou que o atendimento destas duas recomendações depende de ações que fogem à alçada do CBPF.

6. Não fez parte do escopo dos trabalhos a avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos da unidade. No entanto, a equipe de auditoria apontou deficiências nos controles internos da área contábil do CBPF quanto à geração de informações para o TCG.

7. Dos relatos da equipe de auditoria, construídos a partir do escopo pré-definido e das análises do material disponibilizado, é possível identificar a necessidade de aperfeiçoamento do conjunto de controles internos existentes, bem como que o CBPF busque aperfeiçoar os indicadores constantes do TCG firmado com o MCTI, além de aprimorar o processo de cálculo destes indicadores. Tais situações não são suficientes para macular a gestão 2014 do CBPF e podem ser sanadas a partir da implementação das recomendações da CGU.

8. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o Ministro de Estado supervisor deverá ser informado de que as peças sob a responsabilidade da CGU estão inseridas no Sistema e-Contas do TCU, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União por meio do mesmo sistema.

Brasília/DF, 17 de Julho de 2015.

Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura